

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO TRÊS RIOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E EXATAS- DCEEX.



**ANÁLISE EMPÍRICA DA CONCENRAÇÃO BANCÁRIA NO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO**

GUILHERME SILVA QUIRINO

TRÊS RIOS
FEVEREIRO, 2014

**ANÁLISE EMPÍRICA DA CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA NO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO.**

GUILHERME SILVA QUIRINO

Monografia submetida como requisito parcial
para a obtenção do título de bacharelado em
Ciências Econômicas da UFRRJ - Instituto
Três Rios.

Orientador: Eduardo Dias Manoel Pereira

TRÊS RIOS- RJ

2014

GUILHERME SILVA QUIRINO

**ANÁLISE EMPÍRICA DA CONCENRAÇÃO BANCÁRIA NO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO.**

Monografia apresentada como pré- requisito para a obtenção do título de bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro- Instituto Três Rios, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros.

Prof.º Orientador: Manoel Francisco de Souza Pereira

Prof.º Teófilo Henrique de Paula

Profº Cid de Oliva Botelho Junior

Três Rios, Fevereiro de 2014

Dedico esse trabalho primeiramente a Deus, razão do meu viver. A toda a minha família, em especial meus pais, meu irmão, avós e meu primo Rafael. Aos meus fiéis amigos Juliano e Diego. A todos os companheiros de caminhada em busca da Santa Vontade de Deus, aos amigos de turma no curso de Graduação em economia, aos companheiros do PET, aos meus professores e a todos aqueles que me fazem levantar todos os dias da cama e acreditar que vale a pena viver.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço primeiramente a Deus e a intercessão de Nossa Senhora. Minha eterna gratidão aos meus familiares: minha mãe Lilian, meu pai Adalto, meu irmão Renato Gabriel, meu primo Rafael, minhas avós Clésia e Carmosina, por sempre me amarem, ainda com todas as minhas limitações. Agradeço aos meus companheiros dos grupos de Jovens, em especial os do JUFAC e da Obra Shalom, pois sem a profunda experiência do amor de Deus não haveria possibilidades de concluir esse grande sonho. Agradeço aos meus fiéis amigos Juliano e Diego. Agradeço também aos meus companheiros de turma e do Pet, em especial Mailson, Cynthia, Letícia, Yuri, Pacheco, Luama e a Daniela Samira. Por fim, agradeço a todos os meus professores, com destaque para Maria Isabel Busato, Cid Botelho, José Paulo Guedes, Alexandre Freitas, Teófilo Henrique, Maria Helena, Fernando Henrique, Ludmila Macedo e Manoel Pereira, por terem me passado não só a sabedoria científica, mas também me mostrado que o conhecimento vai além dos livros, pois o caráter e o comprometimento deles, com os alunos, me constrangem.

*“Não temas e não te apavores,
porque Iahweh teu Deus é
contigo por onde quer que andes”.*

(Espírito Santo)

RESUMO

A monografia “Análise empírica da concentração bancária no estado do Rio de Janeiro” enfatiza as mudanças ocorridas na década de 1990 (implantação do Plano Real, estabilização econômica e reestruturação do setor bancário) como possíveis causas para explicar o movimento de concentração bancária em determinadas regiões e municípios do Brasil considerados mais lucrativos pelos banqueiros. O objetivo geral é utilizar a Análise de Fatores para criar uma variável que reúna todas as atividades financeiras de cada município para explicar o grau de concentração bancária e, como objetivo específico, a importância desta variável na explicação da localização das agências bancárias. Foi comprovado pela análise fatorial e análises empíricas que o Fator Atividade Financeira é relevante para explicar a concentração bancária.

Palavras- chave: Moeda; Bancos; Concentração; Crescimento regional; Análise de Fatores.

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E TABELAS

Quadro 1.1. Caracterização Centro e Periferia.....	14
Quadro 2.1. Medidas provisórias e Resoluções.....	31
Quadro 2.2. Fusões e Aquisições com o incentivo do Proer.....	32
Quadro 2.3. Bancos estaduais privatizados, liquidados ou federalizados de 1997 a 2002.....	33
Tabela 2.1. Evolução da rede de agências bancárias nas regiões.....	34
Tabela 2.2. Quantitativo de municípios com atendimento (Dez. 2013).....	35
Tabela 2.3. Atendimento bancário nas regiões (Dez. 2013).....	35
Tabela 3.1. Relação das variáveis.....	37
Tabela 3.2 Principais estatísticas descritivas	38
Tabela 3.3 Teste de KOM e Bartlett.....	40
Tabela 3.4 Total Variance Explained.....	40
Gráfico 3.1. Screenshot Plot.....	41
Tabela 3.5 Communalities.....	42
Tabela 3.6 Concentração bancária nas regiões do estado do Rio de Janeiro.....	42
Tabela 3.7 Concentração bancária na região metropolitana.....	45
Tabela 3.8 Concentração bancária na região Serrana.....	46
Tabela 3.9 Concentração bancária na região Norte Fluminense.....	46
Tabela 3.10 Concentração bancária na região Médio- Paraíba.....	47
Tabela 3.11 Concentração bancária na região Noroeste Fluminense.....	48
Tabela 3.12 Concentração bancária na região Centro- Sul Fluminense.....	49
Tabela 3.13 Concentração bancária na região Costa- Verde.....	49
Tabela 3.14 Concentração bancária na região das Baixadas Litorâneas.....	50
Gráfico 3.2- Regressão linear simples perc.agências = $\alpha + \beta$ per. salários.....	51
Gráfico 3.3- Regressão linear simples perc.agências = $\alpha + \beta$ per. pib.....	51
Gráfico 3.4- Regressão linear simples perc.agências = $\alpha + \beta$ per. população.....	52
Gráfico 3.5- Regressão linear simples perc.agências = $\alpha + \beta$ atividade financeira.....	53
Tabela 3.15- Análise dos coeficientes para PIB.....	54
Tabela 3.16- Análise dos coeficientes para população.....	54
Tabela 3.17- Análise dos coeficientes para salários.....	54
Tabela 3.18- Análise dos coeficientes para o fator atividade financeira.....	55

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1-CONCENTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR BANCÁRIO.....	12
1.1.Teoria do desenvolvimento do setor bancário.....	12
1.2. Além do enfoque Centro x Periferia.....	17
1.3- Concentração regional do setor bancário e grau de bancarização.....	20
2. O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA E A CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL.....	22
2.2- Os principais acontecimentos históricos que acarretaram o processo de globalização financeira.....	22
2.2.1- Do acordo de Bretton Woods à crise da dívida externa.....	22
2.2.2- A década de 1980- da Crise da Dívida ao Consenso de Washington.....	25
2.2.3- Queda das barreiras protecionistas à crise financeira internacional- a década de 1990.....	25
2.3- Uma breve apresentação do sistema bancário brasileiro.....	28
2.3.1- Evolução da concentração bancária no mundo.....	29
2.3.2- Evolução da concentração bancária no Brasil.....	29
2.3.3- Impactos da reestruturação do setor bancário nas regiões.....	30
3- DETERMINANTES DA CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	33
3.1- Metodologia.....	37
3.2- Estatísticas descritivas.....	38
3.3- Análise de fatores.....	39
3.4- Análise empírica da concentração bancária no estado do rio de janeiro.....	42
3.5- Teoria da localização da firma bancária.....	50
4- CONCLUSÕES.....	56
5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58

INTRODUÇÃO

Uma das maiores divergências entre as diversas escolas de pensamento econômico é o real efeito da moeda sobre o produto. Os teóricos da visão clássica acreditam que a moeda é apenas um “véu”, ou seja, não é capaz de influenciar o produto nem mesmo no curto prazo, pois este é determinado apenas por variáveis reais da economia – tecnologia e mercado de trabalho (FROYEN 2002). A Teoria Keynesiana da moeda contrapõe-se a tal pensamento, pois se acredita que a moeda não é neutra, sendo capaz de atingir variáveis reais, tendo uma importante função no grau de desenvolvimento de economias monetárias de produção (FROYEN, 2002).

A partir dessa ótica Keynesiana, observaremos que a concentração do setor bancário brasileiro se intensificou a partir da década de 1990, acentuando um movimento de desenvolvimento regional desigual entre as regiões, devido à não neutralidade do sistema financeiro. A implantação de políticas neoliberais e o contexto histórico internacional, em 1990, somado com a criação do plano Real, em 1994, fez com que a inflação fosse controlada e o país desfrutasse de uma maior estabilidade econômica (LAURETO, 2010).

Entretanto, por causa da fragilidade do sistema financeiro, potencializada pela queda das receitas inflacionárias, o Banco Central interveio no sistema de diversas maneiras, seja promovendo fusões, compras e liquidações de muitos bancos por todo o país. Nesse cenário, estas instituições começaram a preferir locais onde a renda fosse maior e a distribuição de renda fosse mais igualitária, isto é, os banqueiros acreditavam que nessas regiões a possibilidade de auferir lucros era maior.

Este trabalho analisa apenas um conjunto de variáveis financeiras para explicar o grau de concentração bancária no estado do Rio de Janeiro. Para tanto, foram aplicadas duas técnicas estatísticas: a análise de fatores e a regressão linear. O trabalho está organizado da seguinte forma. O primeiro capítulo apresenta o referencial teórico da pesquisa, tendo como meta a explicação da teoria da localização da firma e a importância do grau de bancarização para uma economia. O segundo capítulo mostra, tendo como ponto de partida o processo de globalização financeira, a evolução do sistema bancário brasileiro nos últimos anos. No terceiro tentar-se-á apresentar uma série de testes estatísticos, com o intuito de explicar o que pode determinar a

concentração do setor bancário no estado do Rio de Janeiro. Em seguida, apresenta-se as conclusões do estudo.

1. CONCENTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR BANCÁRIO:

Este capítulo está dividido em três partes. A primeira parte tratará do desenvolvimento do setor bancário, abordando como a concentração bancária prejudica o desenvolvimento de algumas regiões. Defender-se-á a não-neutralidade da moeda e serão mostrados os estágios de desenvolvimento do setor bancário, o que será essencial para a estimativa dos impactos da concentração desse setor nas regiões. A segunda parte tentará tangenciar a teoria da localização da firma com a decisão de abertura de agências por parte dos banqueiros. Por fim, serão discutidos os efeitos da concentração do setor bancário sobre o grau de bancarização da população.

1.1.DESENVOLVIMENTO DO SETOR BANCÁRIO.

Segundo Amado (1999), o desenvolvimento regional está pautado no estudo de como as variáveis reais afetam o produto e o emprego da economia. Esse ponto de vista está apoiado em três fatores: tratamento ortodoxo dado à moeda, adoção de uma posição horizontalista e a falta de estudos sobre o tema.

Uma das questões que muitos economistas tentaram responder ao longo do tempo é: quais variáveis têm a capacidade de afetar de modo permanente o Produto Interno Bruto (PIB) de um país? No contexto ortodoxo¹, acredita-se que a moeda é apenas um objeto que é usado como facilitador de trocas entre poupadores e investidores, sendo assim, ela assume uma função neutra. Assim, Amado (1999) explica que a baixa quantidade de informações disponíveis sobre a concentração bancária regional sofre a influência do pensamento Ortodoxo.

A importância da moeda fica reduzida aos seus efeitos transitórios de curto prazo, que são consequências de fricções que caracterizam esse período e, não propriamente, de nenhum elemento intrínseco ao processo econômico em economias monetárias de produção (AMADO, 1999, pg 209).

¹ “Clássicos, Neoclássicos e teóricos da concepção dos Ciclos Reais conjecturam informações perfeitas dos agentes, de maneira que variações no produto são explicadas pelo mercado de trabalho ou mudanças tecnológicas” (GAMA, 2011).

Esses teóricos da concepção da oferta acreditam que o produto da economia está sempre em equilíbrio, pois os trabalhadores e firmas possuem informação perfeita- salários e preços flexíveis- e não a barreiras para obtenção do equilíbrio tanto no produto e no emprego (FROYEN, 2002). Nessa visão é a oferta que determina o produto, não há desemprego involuntário, apenas desemprego voluntário e friccional.

De acordo com a visão clássica, as políticas fiscais, com o intuito de atingirem positivamente o PIB da economia não são bem aceitas, pois causam distúrbios no cenário econômico (alterando o salário real da economia, desorganizando, no curto prazo o mercado de trabalho e gerando flutuações cíclicas no emprego). Devido ao pressuposto de que os agentes possuem informações perfeitas, a economia retorna ao equilíbrio, mas a um nível de preços mais alto, ou seja, o efeito negativo de tal intervenção é a inflação. Sendo assim o componente monetário era apenas um “véu”, pois não tinha qualquer poder de determinar o produto, já que alterações na quantidade de moeda só eram capazes de mudarem o nível de preços (FROYEN, 2002). Assim Amado (1999) destaca que os principais motivos para a falta de estudos está na carência de dados sobre a questão financeira em termos regionais, a influência do pensamento ortodoxo e a visão clássica sobre os efeitos da moeda.

A Teoria Keynesiana da moeda contrapõe-se a tal pensamento e sugere uma opção para explicar a concentração regional do setor bancário. Keynes (FROYEN, 2002) acreditava que a moeda não era neutra, sendo capaz de atingir variáveis reais, tendo uma importante função no grau de desenvolvimento de economias monetárias de produção. A moeda no sistema Keynesiano tem a capacidade de afetar a renda através da taxa de juros. Uma elevação no estoque de moeda, por exemplo, faz com que a taxa de juros caia, estimulando investimentos, aumentando o produto e o nível de emprego no curto prazo e no longo prazo. Com isso, a política monetária tem o poder de estabilizar flutuações nos componentes autônomos da demanda agregada (FROYEN, 2002). Segundo Amado (1999), é razoável pensar que se a moeda tem tanta importância a nível macroeconômico, fica explícito que ela não é neutra.

Alguns modelos alicerçados na teoria Keynesiana da moeda e produção foram criados com o intuito de analisar os efeitos do sistema financeiro, através do efeito multiplicador sobre o desenvolvimento regional. Amado (1997) ressalta a importância da incerteza, do tempo e da moeda nos modelos que objetivam definir uma tendência de desenvolvimento regional. A incerteza está relacionada ao fato de que os agentes não têm informações perfeitas em relação ao futuro. O tempo está relacionado ao conceito

de tempo histórico, onde os agentes podem se movimentar, mas suas atitudes são irreversíveis. Neste cenário, a moeda é aquela que representa a máxima liquidez, sendo elemento essencial, na medida em que oferece a flexibilidade aos agentes neste mundo incerto.

Dow *apud* Amado (1999) acredita que o sistema financeiro pode acentuar os processos cumulativos que, na maioria das vezes, aprofundam a desigualdade do crescimento regional de um país. Segundo a autora, as decisões das firmas bancárias é uma variável importante para explicar essas desigualdades e, por exemplo, o porquê que em momentos de crise, uma região se recupera mais rápido do que a outra. O quadro 1.1 apresenta as principais diferenças entre as regiões centrais e as regiões periféricas.

QUADRO 1.1- CARACTERIZAÇÃO CENTRO E PERIFERIA

Características	Centro	Periferia
Trajatória de crescimento	Estáveis	Instáveis
Variável dinâmica de crescimento	Endógena	Exógena (exportações)
Concentração da produção	Secundário e Terceário	Primário e Terceário
Propensão a importar	Baixa	Alta
Arranjos institucionais (desenvolvimento)	Grande	Pequeno
Mercado Financeiro (desenvolvimento)	Grande	Pequeno
Liquidez dos ativos	Alta	Baixa
Bases para a difusão de informações	Sólida	Voláteis
Incerteza	Pequena	Grande

Fonte: Dow *apud* Gama (2011).

Se o objetivo dos capitalistas é auferir o maior lucro possível na venda de seus produtos (Pindyck, 2010), eles instalam suas firmas em locais que lhes proporcionem boas condições para o desenvolvimento de suas atividades. O quadro 1.1 apresenta uma série de fatores motivadores que influenciam a escolha das firmas por determinadas regiões.

Esse processo prejudica de modo significativo as regiões periféricas, pois o sistema financeiro acaba por se concentrar nas regiões centrais fazendo que o fluxo monetário das regiões periféricas seja mais escasso. Tal fato é relevante, já que impacta negativamente nos níveis de investimentos e desenvolvimento das regiões periféricas, devido à pouca ação do multiplicador bancário. Visando mostrar de forma mais pontual

a relevância do sistema financeiro no desenvolvimento regional, Amado (1999) propõe a observação dos estágios de desenvolvimento bancário:

a análise de evolução do sistema bancário demonstra que ele vai se “libertando” de forma gradual dos limites impostos a sua ação: primeiro ele se liberta dos depósitos como limite absoluto a extensão de empréstimos, então, se “liberta do limite da base fracional de reservas para extensão de empréstimos; e faz pressão para que seja criado um emprestador de última instância que o torna ainda mais livre para estender empréstimos sem limites impostos de forma exógena, e assim evolui por sucessivos estágios. (p.212).

De acordo com Amado (1998), o primeiro estágio do desenvolvimento bancário é aquele em que os empréstimos são limitados pelos depósitos. Neste estágio os bancos só emprestam aquilo que eles possuem em seus cofres, ou seja, os empréstimos estão em função da poupança, pois quanto maior a poupança, maiores serão os empréstimos. Neste estágio, os bancos atuam apenas como intermediadores entre poupadores e investidores.

No segundo estágio, os depósitos a vista ganham um importante papel na tomada de decisões de empréstimos dos bancos, na medida em que, são usados como meios de pagamento. A preferência pela liquidez dos bancos diminui e a função do multiplicador bancário aumenta, pois eles podem estender seus horizontes de crédito. A quantidade de reservas é a base para a concessão de empréstimos, sendo os depósitos uma função direta do nível de reservas. Outros motivos que influenciam diretamente o ritmo do multiplicador bancário são as saídas de recursos reais, tanto pela saída de moeda pela conta capital ou déficits pela conta corrente. Observa-se também que há uma maior preferência pela liquidez por causa do motivo de especulação e preocupação em decorrência da maior instabilidade que são expostas.

Segundo Amado (1998), o terceiro estágio de desenvolvimento é a relação de empréstimos interbancários. Neste momento as reservas dos bancos já não limitam diretamente os empréstimos e o multiplicador bancário passa a não ser mais responsável pela criação de moeda. O que restringe os empréstimos é a possibilidade de tomar emprestado no mercado interbancário e os ganhos com uma margem sobre os empréstimos. Ainda com esse cenário, os bancos correm riscos ao emprestarem seus recursos. Por exemplo, o crédito pode ser diminuído se houver déficits na balança comercial de uma determinada região em decorrência de déficits conjunturais.

O quarto estágio mostra que a taxa de juros e a concentração industrial são também outros fatores que limitam o crescimento da renda e do emprego nas regiões periféricas.

A taxa de juros, pois Amado (1999) acredita que os depósitos são gerados pelo crédito e o crédito é muito importante para o crescimento de uma região, ou seja, quanto maior a taxa de juros, menor o acesso ao crédito. As firmas bancárias determinam suas taxas de juros de acordo com o mecanismo de *Mark-up*², ou seja, quanto maior a incerteza quanto ao recebimento do serviço prestado maior o valor cobrado.

Segundo Amado (1999), a concentração industrial pode ser vista também como um problema porque muitas firmas sediadas em regiões periféricas possuem laços econômicos com firmas de regiões centrais (uma relação de filial e matriz). Esse processo gera uma realocação dos créditos obtidos na periferia, na medida em que esses recursos migram para as economias centrais. De acordo com a autora, isso acaba por aumentar as vantagens que as regiões centrais têm sobre as periféricas. Esse movimento tem um efeito importante:

Firmas da região central tendem a manter maiores ligações na compra de insumos com suas regiões de origem, e isso culminará por ampliar a drenagem financeira das regiões periféricas, reduzindo assim, a disponibilidade de financiamentos dessas regiões (AMADO,1999,p.2219).

De acordo com Amado (1999), pode-se dizer que o quinto estágio é uma extensão do quarto, pois agora surge o banco central, que por meio da taxa de redesconto, exerce o papel de prestador de última instância. Neste momento, há uma maior liberalização de todo o sistema financeiro e um maior acesso ao crédito. Porém, o que conduz as decisões de emprestar ou não dos bancos são suas expectativas em relação ao cenário econômico (se forem positivas eles diminuem sua preferência pela liquidez, do contrário, em um cenário de maior incerteza eles aumentam). Nesse contexto, o movimento de concentração tende a se acentuar.

Por último temos o sexto estágio que é visto como aquele em que se aumenta a integração do sistema financeiro e a especulação interbancária. Neste estágio, os bancos procuram um modo de equilibrarem seus passivos e, para esse fim, ampliam a procura por recursos e aumentam seus créditos. Políticas de juros altas são aplicadas com o

² O valor representa a quantia efetivamente cobrada sobre o produto a fim de obter o preço de venda.

intuito de estimular a entrada de novos depósitos, mas como o custo do dinheiro fica mais caro, as firmas repassam para o preço de seus produtos.

A consequência de tal repasse, segundo Amado (1999), é que grandes firmas atuam em regiões centrais, que na maioria dos casos possuem poder de mercado e, por outro lado, pequenas firmas atuam em regiões periféricas em mercados competitivos³. De acordo com a autora, as regiões periféricas serão prejudicadas de duas formas. O primeiro é que como sua economia tem por característica a importação de produtos de regiões centrais, terão que comprar agora, a um valor maior devido aos custos financeiros. E a segunda é que não terão como fugir de tal situação, já que terão que arcar com maiores custos financeiros, e não poderão repassá-los para o preço, devido ao ambiente de concorrência perfeita.

Tendo por base essa análise, fica evidente a relevância do desenvolvimento do setor bancário exerce sobre o desenvolvimento econômico das regiões, isto é, gera uma relação de causalidade: quanto mais eficiente for o sistema financeiro da região, maior será o grau de desenvolvimento da mesma. Neste sentido, os bancos não são apenas intermediadores financeiros, mas sim um dos principais responsáveis pela taxa de crescimento das regiões.

1.1. ALÉM DO ENFOQUE CENTRO X PERIFERIA:

Baseados nas ideias do desenvolvimento do setor bancário regional, os autores Sicsú e Crocco (2003) veem como sendo de grande relevância o papel da moeda e do sistema financeiro no crescimento e desenvolvimento das regiões e acreditam que é de grande valor apontar as variáveis que explicam a localização das agências bancárias.

De acordo com Sicsú e Crocco (2003), o parâmetro central que faz com que a firma escolha o local onde irá exercer suas atividades é o lucro, ou seja, escolhem o local que lhe ofereçam a maior esperança de lucros – chamado de fatores locacionais.

Sicsú e Crocco (2003) baseados nas ideias de Leme escrevem:

De acordo com Leme (1982, p.49), estes seriam definidos como todos os fatores dependentes da posição geográfica que são capazes de influenciar o volume de lucro da firma. Tais fatores também podem variar em função da

³Firmas que não possuem poder de mercado (Pindyck, 2010).

macrolocalização (em que país ou estado instalar a fábrica) ou ainda da microlocalização (em que local dentro do país e do estado).

Ainda segundo os autores, são três os fatores locais: o fator transporte, o fator aglomerativo e o fator desaglomerativo.

O fator transporte pode ser entendido na ótica de minimização dos custos. A empresa escolherá um lugar em que mitigaria os custos de transporte de insumos e a entrega do produto final até seu consumidor.

Sicsu e Crocco (2003) não acreditam que o fator transporte seja uma boa variável para explicar a localização da firma bancária. Isso porque os bancos têm como produto final e insumos empréstimos e serviços financeiros, não havendo necessidade de transporte.

Leme *Apud* Sicsu e Crocco (2003) acredita que os fatores aglomerativos são aqueles que incorporam as atividades produtoras em um único ponto no espaço. Os fatores aglomerativos podem se dividir em três categorias. A primeira categoria seria as economias de escala oriundas da concentração da produção mitigando, deste modo, o custo unitário do produto. A segunda categoria está relacionada com as economias de localização, devido ao fato de as empresas se beneficiarem por estarem próximas uma das outras, alguns exemplos são: ganhos de produtividade, devido à externalidades positivas do mercado de trabalho, as firmas podem desfrutar de um mercado especializado de mão-de-obra, cooperação horizontal entre as empresas, a existência de fornecedores de serviços especializados, dentre outros benefícios. A terceira categoria pode ser explicada no fato de as firmas gerarem indiretamente externalidades positivas nos locais onde estão instaladas, criando assim economias de urbanização, que nada mais são do que os benefícios gerados a outros setores da economia.

Os autores sugerem um olhar mais detalhado sobre os fatores aglomerativos, pois de acordo com eles esses fatores terão impactos diferenciados dependendo do tipo de firma bancária analisada, ou seja, se está situada em uma cidade isolada ou em um centro financeiro. Porteous *apud* Sicsu e Crocco (2003) apresenta algumas forças que podem causar aglomeração de qualquer atividade econômica, dois exemplos são: externalidades do mercado de trabalho⁴ e demanda por serviços intermediários⁵.

⁴Mão-de-obra qualificada, por exemplo, seria um bom atrativo para as empresas.

⁵Como firmas financeiras são se utilizam muito de serviços especializados, procuram se localizar perto da fonte desses insumos.

Os fatores desaglomerativos aparecem quando os fatores aglomerativos começam a gerar externalidades negativas, isto é, à medida que o tempo passa evidencia-se limites no processo de aglomeração. Situações como: disputa por área entre as empresas, fazendo com que subam os preços dos aluguéis e terrenos, aumento do grau de sindicalização, redução das amenidades urbanas, crescimento do custo de vida, são elementos provocados pelo processo de aglomeração que aumentam o custo de produção. Conjuntamente, esses impactos podem impulsionar um movimento de afastamento de novas empresas e a expulsão das já existentes.

Os fatores desaglomerativos na visão de Sicsu e Crocco (2003) não exercem grande força no processo de realocação das atividades dos grandes centros financeiros. De acordo com Dow *apud* Sicsu e Crocco (2003) observa-se um grau de inércia na localização dos centros financeiros. Nas palavras dos autores:

As evidências indicam que as forças desaglomerativas ainda não foram suficientemente fortes para redistribuir os centros financeiros, maiores seriam os motivos para acreditar que não seriam suficientes para explicar o fechamento de agências, bem como a decisão de não abertura de novas agências em diferentes localidades. Essas ainda não apresentariam as dimensões urbanas necessárias para gerarem os chamados custos desaglomerativos (2003, pag 12).

Portanto, as localizações das agências bancárias são diretamente proporcionais com as riquezas, provocando maior confiabilidade no sistema bancário.

Os autores acreditam que os fatores apresentados acima não são suficientes para explicar a decisão de localização das agências bancárias. Dessa maneira, apresentam três fatores: fator populacional, fator renda e fator distribuição de renda.

O fator populacional é relevante, devido ao fato da distribuição espacial da população. Espera-se que o número de agências bancárias seja maior em locais onde a população é maior e menor onde esta for reduzida. O pensamento que está por trás dessa relação de proporcionalidade é que as firmas bancárias estão, a todo o momento, interessadas nos detentores de poupança, pois neste cenário, estarão próximas de seus fornecedores de insumos e dos seus potenciais compradores de produtos.

De acordo com os autores o tamanho da população é importante, mas a renda local também é relevante para motivar os empresários do setor bancário a abrirem (ou fecharem) uma agência. É de se esperar uma relação de proporcionalidade positiva entre

renda e a instalação de novas empresas, pois quanto maior for a renda de uma localidade maior será a captação de recursos e, conseqüentemente, a venda de produtos e serviços.

Os bancos, como toda a firma capitalista, visam à obtenção de lucros de acordo com suas expectativas de venda de seus produtos e serviços. Em locais aonde se observam uma grande concentração de renda, ou seja, um pequeno número de pessoas que detêm a grande maioria dos recursos haverá um pequeno número de agências, pois seria suficiente apenas algumas poucas agências para suprir a demanda desse mercado. Entretanto, em locais onde há uma maior distribuição de renda, a situação é diferente. Um exemplo seria uma cidade em que grande quantidade das empresas emprega trabalhadores qualificados, que recebem grandes salários. Neste cenário, torna-se necessário uma rede mais ampla de agências, que será capaz de capturar um maior número de insumos e vender uma maior quantidade de produto a seus clientes.

1.3. CONCENTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR BANCÁRIO E GRAU DE BANCARIZAÇÃO.

O grau de bancarização está relacionado com a localização das agências bancárias e mostra a parcela da população que tem acesso a serviços financeiros e a intensidade de utilização dos serviços (FEBRABAN, 2011).

A concentração regional bancário é o ponto mais importante para a determinação do grau de bancarização. Quanto maior for a concentração, menor será o grau de bancarização. Num setor regional concentrado, grande parte da população fica sem acesso aos serviços financeiros. A população residente de áreas mais carentes, ou fica sem atendimento, ou usufrui de modo reduzido, ou utiliza correspondentes bancários⁶.

Segundo Troster *apud* Coelho (2005), a bancarização no Brasil se desenvolveu de forma assimétrica, apesar da rede de serviços bancários ser uma das mais eficientes do mundo. Isso ocorreu devido ao processo inflacionário, antes da implantação do Plano

⁶ Segundo o site do BCB, “Os correspondentes são empresas, integrantes ou não do Sistema Financeiro Nacional, contratadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil para a prestação de serviços de atendimento aos clientes e usuários dessas instituições. Entre os correspondentes mais conhecidos encontram-se as lotéricas e o banco postal”.

Real, que obrigava os bancos a efetuarem pagamentos e recebimentos rápidos. Todavia, ainda há uma série de gargalos que deixam milhões de pessoas sem acesso ao serviço.

De acordo com o Relatório Mckinsey *apud* Coelho (2005), em 1995, a população bancarizada no Brasil era de 20% a 23%. Ao se comparar com países desenvolvidos como Holanda, EUA e a Coreia veremos que o Brasil estava muito atrasado, pois tais nações apresentavam um grau de bancarização de 76%, 74% e 70% respectivamente. Ainda segundo o relatório, um aspecto que poderia determinar o pequeno grau de bancarização no Brasil é o baixo nível de renda das famílias, que não se sentiam estimuladas a usarem serviços bancários.

Troster *apud* Coelho (2005) aponta que durante a década de 1990 subiram, na ordem de 20%, os pagamentos e recebimentos nos bancos. O que estimulou tal movimento foi o aumento dos investimentos em tecnologia, proporcionando uma redução dos custos bancários e as tarifas bancárias subiram menos que a inflação. A expansão da rede de atendimentos gerou um aumento do número de recursos nos bancos proporcionando um aumento no crédito.

Costa *apud* Coelho (2005) questiona o argumento de Troste, pois segundo esse autor, o processo de contas correntes atingiu um nível de R\$ 63,2 milhões em 2001 e que 86% da população economicamente ativa (PEA) já era alcançada pelos serviços bancários. Esse fato permitiu a bancarização de grande parte da população de baixa renda. Uma proposta de Costa (2002) é que a população não bancarizada é formada pelos mais pobres entre os mais pobres.

2. O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA E A CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL.

Este capítulo está dividido em três partes. Na primeira parte serão apresentados os principais acontecimentos que levaram à globalização financeira. Logo em seguida, trataremos do movimento de concentração bancária no Brasil. Por fim, mostraremos alguns impactos da concentração bancária no âmbito regional.

2.2. OS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS QUE ACARRETARAM O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA:

2.2.1. DO ACORDO DE BRETTON WOODS À CRISE DA DÍVIDA EXTERNA:

De acordo com Carvalho e Silva (2007), logo após a Segunda Guerra Mundial, foi criado o Acordo Geral Sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), que tinha o intuito de reduzir as barreiras ao comércio internacional, tendo o processo de globalização financeira início nesse fato.

Ainda segundo esses autores, nesse período foi firmado o acordo de Bretton Woods, que tornou a moeda dos Estados Unidos, referência para a paridade das moedas dos outros países componentes do grupo GATT. O dólar passou assim a ter aceitação mundial e a ser reserva de muitos países. Nessa fase, os EUA aumentou seus gastos com importações, fez o Plano Marshall e vários outros programas de auxílio a países necessitados, elevando, de maneira exorbitante, seu déficit público, acarretando em um cenário de alta liquidez internacional.

Carvalho e Silva (2007) ressaltam que, num primeiro instante, esses dólares eram depositados em bancos nos Estados Unidos, sendo, em sua maioria, depósitos a prazo, com baixas taxas de juros. Porém, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) iniciou um movimento que mudou o destino desses dólares. A URSS também era detentora dessa moeda, todavia, por causa da Guerra Fria, seu governo tinha receio de depositá-los nos EUA, temendo uma possível expropriação de seus capitais. Como as moedas européias não eram valorizadas e não tão aceitas internacionalmente como o dólar, naquele momento não era satisfatório converter seus dólares nessas moedas. O problema foi solucionado quando no final da década de 1950, um banco inglês passou a receber dólares da URSS e depositá-los nos EUA. Agora o risco havia acabado, na

medida em que o detentor do crédito era o banco britânico. Nesse panorama, desenvolveu-se o mercado de eurodólares, que foi muito importante na construção da interdependência financeira contemporânea.

“Depósito de eurodólares é simplesmente um depósito em moeda estrangeira, contabilizado por um banco sediado fora do país de onde ela é emitida” (CARVALHO, 2007). O progresso da interdependência financeira foi intensificado na Europa, em 1958, ano em que se criou o mercado de Eurodólares com o Acordo Monetário Europeu, que visava à retirada de controles cambiais recíprocos e facilitavam pagamentos bilaterais em ouro e dólar. Como os EUA registravam constantes déficits na conta de transações correntes, muitos países ficaram com receio da desvalorização do dólar. Tal fato se agravou na década de 1960, quando, devido aos gastos sociais do governo Kenedy e a Guerra no Vietnã, o país estava financiando seus déficits públicos com emissão de moeda. Esse crescimento da oferta acarretou em excesso de liquidez e, como o dólar era a moeda de referencia internacional, vários agentes, temerosos por uma possível depreciação da moeda norte americana, com o objetivo de se precaverem, começaram a querer trocar seus dólares por ouro⁷. Logicamente, os EUA não tinham em ouro a quantidade de moeda impressa. Esse cenário fez com que, em 1971, o então presidente Nixon, suspendesse o acordo de Bretton Woods, acabando com a conversibilidade do dólar em ouro. Essa iniciativa do governo norte americano foi decisiva para o desenvolvimento da globalização, pois ao trocar a ordem estabelecida em Bretton Woods, alteraram-se as características do sistema econômico mundial (PIRES, 2010).

Segundo Pires (2010), após esse episódio, tentou-se ainda manter o sistema de paridades fixas, mas as desconfianças e especulações no valor do dólar fizeram com que a partir de abril de 1973, as maiores economias passassem a deixar suas moedas flutuarem livremente. Em paralelo a esses acontecimentos, aconteceu a crise do petróleo, que foi crucial para a crise da dívida externa, que atingiu em cheio os países do terceiro mundo, inclusive o Brasil.

Segundo Pires (2010), historicamente os países subdesenvolvidos apresentam constantes déficits em transações correntes, devido ao fato de exportarem produtos de baixo valor agregado e importarem bens de alto valor agregado. Com a crise do

7-No acordo de Bretton Woods, os países haviam estabelecido o regime de taxas de câmbio fixas em relação ao dólar. Os EUA garantiram aos bancos centrais a conversibilidade do dólar em ouro, à paridade de US\$ 35 por onça troy (31, 104 gramas) do metal (Carvalho, 2007).

petróleo, aqueles que eram dependentes de petróleo externo, viram o valor de suas importações aumentarem significativamente em um curto período de tempo. Para financiarem tais gastos, lançavam mão de empréstimos internacionais, alimentando o crescimento da dívida externa. O dinheiro pago aos exportadores de petróleo era depositado nos mesmos bancos que, no período anterior haviam emprestado dinheiro aos países subdesenvolvidos que, por sua vez, reemprestavam aos importadores, repetindo o ciclo.

Carvalho e Silva (2007) mostram que, os capitais que financiavam os gastos em moeda estrangeira das nações menos industrializadas eram chamados petrodólares. Como o cenário internacional era de alta liquidez, esses recursos eram financiados a baixas taxas de juros. O problema é que devido à alta taxa de inflação observada em muitos países, tais empréstimos eram contraídos a taxas flutuantes. O fato de financiamentos, de médio e de longo prazo, serem corrigidos periodicamente não gerava preocupações, por causa da alta liquidez mundial.

Todavia, de acordo com Pires (2010), em 1970, os EUA atravessando um processo de inflação, com constantes déficits na balança de transações correntes e no setor público, optou por fazer um pacote de políticas restritivas tanto no âmbito monetário como no fiscal. Os EUA fizeram uma política fiscal contracionista combinada com a desvalorização de sua moeda. A viabilização do financiamento dos déficits sem lançar mão de ajustes mais severos foi proporcionada pela crescente liberalização financeira e a elevação das taxas de juros.

Pires (2010) mostra que, essa política enxugou a liquidez do mercado fazendo com que as altas dívidas contraídas pelas nações do terceiro mundo tornaram-se impagáveis, em decorrência das taxas flutuantes. A situação se torna grave quando o governo Mexicano, em 1982, suspende o pagamento da dívida alegando insolvência. Os bancos norte-americanos começaram, em fevereiro de 1982, a reduzir o financiamento do déficit do México. Dado o agravamento desse cenário, em junho, cortaram totalmente essas operações. Devido à grande interligação entre os países e o aumento da informação, muitas nações subdesenvolvidas foram contagiadas com a crise mexicana, ou seja, alastrou-se uma deterioração das expectativas ao redor do mundo. Agora, o problema que outrora começara no México, tinha-se espalhado pelo mundo, abrangendo toda a agenda econômica das principais nações emergentes, que corriam risco de inadimplência e de quebra generalizada do sistema bancário (Pires, 2010).

De acordo com Carvalho e Silva (2007), nesse período pode-se perceber a existência de três categorias de moedas: a moeda reserva (o dólar), as moedas conversíveis (dos países centrais) e as moedas não conversíveis (dos países subdesenvolvidos). A taxa de juros natural do sistema era definida pelo dólar e, sendo essa moeda a mais forte do sistema, tal taxa era uma das mais baixas.

Ainda segundo Carvalho e Silva (2007), era de se esperar, que devido à baixa conversibilidade e instabilidade econômica, as taxas de juros aplicadas nos países periféricos sejam maiores. Ou seja, o prêmio de um investidor colocar seus recursos nessas nações deve ser mais elevado que nos países centrais, pois são moedas menos seguras. Essa nova configuração do sistema internacional impõe as regras do jogo, fazendo que os países menos industrializados, e até mesmo algumas nações centrais, sejam prejudicadas pela nova composição dos juros⁸.

Carvalho e Silva (2007) concluem que a globalização financeira muda significativamente a maneira das nações se relacionarem, gerando uma série de consequências, tais como: perda da relação entre as taxas de câmbio e a diferenciação da conta de transação correntes entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos; crescimento da influência do “risco país” sobre decisões de política econômica, fazendo com que países menos industrializados mantenham seus juros em patamares superiores à taxa natural; e mantém os Estados Unidos como grande potência mundial, exercendo grande influência econômica, política e social sobre grande parte das nações periféricas.

2.2.2.A DÉCADA DE 1980- DA CRISE DA DÍVIDA AO CONSENSO DE WASHINGTON.

Segundo Carvalho e Silva (2007), dentre as várias mudanças no cenário econômico proporcionadas pela globalização financeira, o aumento da movimentação

⁸Nações periféricas não se beneficiam desse tipo de estratégia. Isso porque, ao posicionarem suas taxas de juros iguais ou inferiores a natural, muito provavelmente o ingresso de capitais produtivos e financeiros não será suficiente para atrair novos capitais que amenizariam a fuga de recursos de outrora. Se, portanto, tal política fosse utilizada, poderia acarretar em desvalorização da moeda gerando uma crise de confiança sobre a estabilidade desse ativo. Por outro lado, a situação é bem diferente nos países desenvolvidos, já que esses recebem um grande volume de capitais financeiros e produtivos. Nos Estados desenvolvidos o câmbio desvalorizado faz com que o mercado de ativos produtivos e financeiros se aqueça, ou seja, aumento suas vendas, devido à moeda desvalorizada.

dos capitais financeiros é o mais significativo. Aspecto que é muito presente nas décadas de 1980 e 1990, que também é marcado pela maior participação dos países menos industrializados, principalmente na década de 1990.

Ainda segundo esse autor, a maior dinâmica dos fluxos de capitais, se intensificou mais especificamente a partir de 1985. De um lado observa-se a perda da importância relativa dos fluxos feitos pelo setor público, mas nota-se um crescimento dos investimentos diretos e de portfólio – quando comparados com os empréstimos bancários- de curto e de longo prazos. Isto é, nesse momento do processo fica claro a predominância dos fluxos privados, tendo maior relevância o investimento direto em detrimento do mercado de ações por exemplo.

Carvalho e Silva (2007) ressaltam que no período de 1975-1979 a periferia tem uma pequena participação no sistema financeiro internacional, fato que se intensifica na fase seguinte, pois os anos 1980-1984 são marcados pela escassez de recursos, por causa da crise da dívida dos Estados subdesenvolvidos “secando” a liquidez internacional. De 1975-1979 os fluxos de capitais nos países subdesenvolvidos representavam cerca de 34% dos recursos mundiais, apresenta uma leve subida de 1980-1984 indo para 37%, todavia de 1985-1989 representam apenas 19%. O autor destaca três fenômenos para tentar explicar essa transformação: crescimento do comércio internacional a taxas mais elevadas que o crescimento do PIB mundial; grande evolução nas indústrias de informática, telefonia e mídia; e a significativa redução do protecionismo (desregulamentação do mercado de capitais).

De acordo com Carvalho e Silva (2007), os dados da Organização das Nações Unidas (ONU) para o período de 1961-1995, a evolução do comércio internacional, embora muito expressiva, não contribuiu para explicar os acontecimentos após 1980. As exportações mundiais no período de 1961-1980 cresceram, em média, 16% a.a, entretanto na média do período 1980-1995, o crescimento declinou para 7% a.a. O que se destaca nesse contexto é que de 1980 a 1995 se observaram os maiores deslocamentos de capitais internacionais.

Ao contrário do crescimento do comércio internacional, Carvalho e Silva (2007) falam que os avanços tecnológicos e a redução das barreiras protecionistas parecem explicar grande parte da ampliação da movimentação dos capitais. Na contemporaneidade, os avanços tecnológicos proporcionaram maior interligação entre os mercados, pois o baixo custo de comunicação proporciona a redução das distâncias. Países separados por oceanos se relacionam em questões de poucos segundos, fazendo

com que qualquer decisão de política econômica e/ou financeira possa influenciar a direção de outras nações.

Por fim, o autor ressalta que o avanço tecnológico abriu as portas para o desenvolvimento da desregulamentação financeira, que fez com que aumentasse a mobilidade de capitais especulativos internacionais. Países industrializados como Japão, Inglaterra, EUA, no final da década de 1970, iniciaram o processo de eliminação de controles sobre fluxos internacionais de capitais e serviços financeiros. O mundo que outrora era alicerçado em políticas protecionistas, agora, se vê mergulhado no neoliberalismo⁹. Esse pensamento ganha força com a crise da dívida dos países subdesenvolvidos na década de 1980, fazendo com que as autoridades dos países centrais tomassem decisões para se precaverem de um possível calote.

De acordo com Pires (2010), preocupados com o risco de inadimplência dos países endividados, os países afundados na crise tiveram que acatar a cartilha¹⁰ de política econômica proposta pelo Consenso de Washington, em 1980. Isso porque, se assim não o fizessem, estariam impedidos de receberem recursos do Fundo Monetário Internacional (FMI), e como eram classificados como países de alto risco para investimentos, tiveram que obedecer ao apelo internacional.

Ainda segundo Pires (2010), a maioria das nações em desenvolvimento, como Brasil, teve grandes dificuldades com o choque do petróleo e, conseqüentemente, para a quitação de suas dívidas. Tais nações tiveram que implantar a cartilha do FMI, entretanto, a instabilidade econômica oriunda do processo inflacionário persistia. Os países subdesenvolvidos viam-se impossibilitados de contrair financiamentos externos, que no passado proporcionaram certo desenvolvimento.

⁹O neoliberalismo defende a redução da intervenção do estado na condução de políticas econômicas. Segundo tal corrente de pensamento, o mercado se equilibra por si só, maximizando suas potencialidades e minimizando suas deficiências, tudo isso guiado pela concorrência que conduz os agentes a uma alocação mais eficiente dos recursos mundiais. A visão neoliberal coloca o estado como grande protagonista da crise dos países endividados, devido aos seguintes problemas: o estado gasta muito e gasta mal, ou seja, tem uma indisciplina fiscal que acarreta em constantes déficits público; e as barreiras protecionistas, tais como subsídios e restrições comerciais não possibilitam o desenvolvimento das potencialidades da nação (PIRES, 2010).

¹⁰As medidas mais significativas contidas nesse receituário para os países devedores eram: desvalorização cambial, para incentivar as exportações; política monetária restritiva, para conter a inflação, reduzir o déficit público e estimular os investimentos privados; controle dos salários visando à diminuição da demanda interna e gerar excedentes exportáveis; com o objetivo de facilitar a integração econômica mundial, indicavam o alinhamento dos preços locais aos preços internacionais; Aumento das tarifas e impostos públicos, para elevar a arrecadação. Enfim, era um pacote de políticas altamente restritivas visando superávit para o pagamento da dívida externa (PIRES, 2010).

O Plano Brady, no final da década de 1980, de certa forma foi um alívio para os países endividados, pois possibilitou a renegociação de suas dívidas, dando-lhes maiores prazos para efetuarem seus pagamentos¹¹. A partir daí, aumentou-se a interdependência financeira das nações (CARVALHO E SILVA, 2007).

2.2.3-QUEDA DAS BARREIRAS PROTECIONISTAS À CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL- A DÉCADA DE 1990:

De acordo com Pires (2010), a década de 1990 foi marcada pela vitória do pensamento liberal sobre a escola estruturalista. Por exemplo, as crises do México em 1994 e da Rússia em 1998 provocaram efeitos de contágio sobre a economia brasileira. Foi um período de fortes crises em países subdesenvolvidos que por causa dos EUA não se tornaram mais graves, devido aos interesses em manter as negociações com os países do terceiro mundo, inclusive os Estados latino americanos¹².

O autor, apesar da estabilidade econômica propiciada pelo Plano Real, a vulnerabilidade do Brasil a choques externos se fazia crescente, sendo observada de maneira clara na deterioração das contas externas do país a partir de 1995. Naquele momento o país sofria com crescentes déficits comerciais, comprometendo a confiança dos investidores quanto à capacidade de geração de divisas.

Segundo Carvalho e Silva (2007), o Banco Central brasileiro criava mecanismos de defesa baseados em quatro pontos: venda de dólares no mercado futuro, venda de títulos indexados ao câmbio, vendas de dólares para pronto entrega e elevação da taxa de juros para conter a saída de capitais.

Estes ajustes tiveram sucesso até alguns anos após a implantação do Plano Real, pois a entrada de divisas era maior que o saldo do balanço de pagamentos em transações correntes. Todavia, em 1997, a situação se inverteu, na medida em que o país sofreu com as frequentes quedas nos níveis de reservas. Atrativas taxas de juros faziam reduzir o volume dos ataques especulativos. Entretanto, em agosto de 1998, essa política não foi suficiente para conter a fuga de capitais, resultando em uma perda considerável de

¹¹O Brasil só renegociou sua dívida externa no final de 1994.

¹²Como exemplos têm o empréstimo de 4,5 bilhões do FMI ao Brasil que só ocorreu devido ao fato de os EUA via comprometida à permanência de sua força de mercado se Brasil afundasse numa crise, arrastando os outros países do continente.

reservas, nesse período muitos países periféricos e centrais adotaram políticas de cunho estruturalistas, deixando assim o pensamento neoliberal. (PIRES, 2010).

Carvalho e Silva (2007) concluem que a década de 1990 é marcada pela continuidade dos fluxos de capitais vistos no decênio anterior, sendo fator mais relevante à inserção de países emergentes nesse mercado de capitais. O segundo fator é o efeito dominó, ou seja, o contágio das crises econômicas, algumas são: México, Ásia, Rússia, América Latina.

2.3. UMA BREVE APRESENTAÇÃO DO SISTEMA BANCÁRIO BRASILEIRO.

2.3.1. EVOLUÇÃO DA CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA NO MUNDO:

Carvalho *apud* Laureto (2010) diz que o período que compreende de 1930 até a década de 1970, o setor bancário mundial era muito regulado em todas as economias do mundo, devido à capacidade de gerar crises sistêmicas¹³. Essa regulação, em grande parte dos casos, era desempenhada pelo setor público. Ela gerava uma série de impactos sobre esse setor, mantendo-o relativamente estagnado, isto é, estava preso às regras do sistema regulatório, pois tais regulamentos eram anticompetitivos, impedindo estímulos aos desenvolvimentos mais profundos.

Todavia, essa estrutura não conseguiu sobreviver às pressões desestabilizadoras que ocorreram na década de 1960. Os movimentos mais importantes são destacados na passagem de Carvalho *apud* Laureto (2010):

“Os intensos choques macroeconômicos sofridos a partir da aceleração da inflação americana nos anos 1960, como os aumentos de preços das matérias primas (...) em 1973 e 1979, o colapso do sistema de taxas de câmbio fixas, mais ajustáveis de Bretton Woods, entre 1971 e 1973, a adoção de políticas monetárias contracionistas por praticamente todos os países industrializados no final daquela década, e os movimentos de desregulação financeira doméstica e, posteriormente, de liberalização de movimentos internacionais de capitais, particularmente no mundo desenvolvido, tiveram como resultado o crescimento dramático da volatilidade de preços, taxas de câmbio e taxas de juros em praticamente todo o mundo. A incerteza que cerca transações financeiras cresceu de forma aguda forçando as instituições e mercados

13 De acordo com Carvalho *apud* Laureto (2010), “entende-se como risco sistêmico um choque em determinado setor da economia que venha a se espalhar por toda economia podendo levar a economia a um colapso”.

financeiros a modificarem suas práticas de modo a permitir sua adaptação à operação neste quadro.”

Segundo Laureto (2010), contraditoriamente, uma série de inovações financeiras e mudanças operacionais no setor bancário teve sua origem nessas pressões desestabilizadoras, algumas delas são: desenvolvimento de investidores institucionais, aumento do risco na atividade financeira, crescimento da variação das taxas de câmbio e juros, ampliação do processo de liberalização e inovação financeira dos intermediários financeiros e bancos, dentre outras alterações. Pode-se dizer que o que mais beneficiou o desenvolvimento do mercado financeiro foi o desenvolvimento tecnológico, principalmente na área de informática e de comunicações, alguns impactos são: expansão do mercado de títulos, redução do custo das operações, tais como captação de depósitos e concessão de empréstimos, maior diversificação da carteira de aplicações, etc.

De acordo com Molyneux *apud* Laureto (2010), esses pontos foram fundamentais para gerarem uma reestruturação no setor bancário mundial, começando pelos países industrializados. Tais nações alteraram drasticamente a forma com que desenvolviam suas operações bancárias, pois se observou, a partir da década de 1990, um aumento das fusões e aquisições nestes Estados. Este movimento teve como principal consequência a mitigação do número de instituições, acarretando um processo de concentração, redução do número de trabalhadores, crescimento das receitas não-juros no total das receitas e diminuição das margens dos bancos. O Brasil vê esse processo de concentração se intensificar principalmente na década de 1990.

2.3.2. EVOLUÇÃO DA CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA NO BRASIL:

Segundo Laureto (2010), de 1980 a 1994 o Brasil apresentava um baixo crescimento econômico e altas taxas de inflação. Esses fatores causaram um contexto de instabilidade econômica que acarretou numa crise do sistema financeiro. Dentre os principais acontecimentos nesse período destacam-se: abertura econômica e financeira, medidas de proteção do sistema bancário e entrada no mercado nacional de bancos estrangeiros.

A implantação de políticas neoliberais, em 1990, somada com a criação do plano Real, em 1994, fez com que a inflação fosse controlada e o país desfrutasse de uma

maior estabilidade econômica. Houve assim, uma reestruturação do sistema bancário por motivos como: remonetização da economia que elevou a procura por crédito e o rendimento real, e principalmente, pela perda das receitas inflacionárias como frente da receita operacional (LAURETO, 2010).

De acordo com Puga (1999), com o objetivo de conquistar mercado, entre 1994 a 1995, os bancos expandiram a concessão de crédito. Todavia, o desequilíbrio na balança de pagamentos e a crise mexicana no final de 1994 fizeram com que o governo contraísse a política monetária. Observou-se nesse momento uma redução repentina dos empréstimos bancários e o Banco Central aumentou a taxa de juros. Essas medidas levaram a baixas taxas de crescimento econômico e a elevação da inadimplência bancária, pois em um primeiro momento, os bancos expandiram a concessão de crédito aos agentes. Todos esses processos tiveram por consequência os primeiros indícios de falências bancárias.

Rocha *apud* Laureto (2010), fala que os pequenos bancos foram os primeiros a serem atingidos, entretanto, suas falências não geraram risco sistêmico. Isso aconteceu por que tais firmas não tinham uma estrutura de ativos diversificada e não foram capazes de absorver o aumento da inadimplência ocorrido na fase de concessão de crédito.

Segundo Puga e Rocha *apud* Laureto (2010), o poder público, ao perceber casos de insolvência em vários bancos, optou por intervir no sistema financeiro, seja pela intervenção ou liquidação dessas firmas problemáticas. Com isso, o Banco Central e o Conselho Monetário Nacional tomaram medidas em prol da saúde do sistema bancário. O quadro 2.1 apresenta as principais medidas adotadas:

QUADRO 2.1 - MEDIDAS PROVISÓRIAS E RESOLUÇÕES.

Medida Provisória 1.179 - Criam-se incentivos fiscais para a incorporação de instituições financeiras. Bancos passam a ser adquiridos por outras instituições.

Medida provisória 1.182 - Amplia poder do BACEN nas instituições com problema de liquidez com intuito tomar ações preventivas que saneiam o sistema financeiro. Essa medida tornou-se a lei 9.447 de 1997: cabe a BACEN desapropriar ações de controladores de instituições com problemas de liquidez e efetuar sua venda por oferta pública, caso os controladores não aceitem suas recomendações.

Resolução 2.208 - Institui o PROER.

Resolução 2.211 - Regulamenta o FGC.

Resolução 2.212 - Aumenta o capital mínimo para a abertura de novos bancos. Os bancos estrangeiros foram liberados da exigência de capital mínimo maior ao se instalarem em território nacional se comparados ao capital mínimo para a abertura de um banco nacional

Fonte: Puga (1999) e Rocha (2001) *apud* Laureto.

Dentre essas medidas e resoluções, as mais importantes foram: o Programa de Estimulo a Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro (PROER) e o Programa de Incentivo a Redução do Setor Público na Atividade Bancária (PROES).

O PROER procurou atingir dois objetivos. O primeiro era zelar pelo sistema de pagamentos por meio de garantia dos depósitos aplicados e o segundo era penalizar os bancos incorretamente administrados (gestão insatisfatória, atividades de baixa qualidade, fraudes, dentre outros pontos) com a transferência acionária dos mesmos às instituições mais eficientes. Essas medidas beneficiaram de forma direta as fusões e aquisições. Algumas aquisições são mostradas no quadro a seguir:

QUADRO 2.2 -FUSÕES E AQUISIÇÕES COM O INCENTIVO DO PROER

Instituição vendida	Instituição compradora	Publicação no diário oficial da união
Banco Nacional	Unibanco	18.11.1995
Banco Econômico	Banco Excel	30.04.1996
Banco Mercantil	Banco Rural	31.05.1996
Banco Banorte	Banco Bandeirantes	17.06.1996
Banco Martinelli	Banco Pontual	23.08.1996
Banco United	Banco Antônio de Queiroz	30.08.1996
Banco Bamerindos do Brasil	HSBC	02.04.1997

Fonte: Puga 1999.

Com isso, o PROER foi fundamental para o crescimento das fusões e aquisições.

“No plano real 104 instituições sofreram alguma forma de intervenção, sendo que várias delas com recursos do programa. Esses recursos eram provenientes de reservas compulsórias mantidas pelo Banco Central, não causando impacto sobre o orçamento fiscal.” (LAURETO, 2010).

Segundo Freitas *apud* Laureto (2010), o foco do PROES era a redução da participação dos bancos estaduais no sistema bancário. Como tais instituições eram controladas por governos estaduais, sofriam com constantes problemas de liquidez por concederem grandes montantes de empréstimos à autoridade estadual, ou seja, os bancos tornavam-se inadimplentes, pois muitas vezes esses empréstimos eram feitos sem qualquer garantia. Assim sendo, a redução dessas firmas no sistema bancário era de extrema importância, na medida em que se buscava ajuste fiscal dos Estados e

reestruturação da dívida pública. Alguns resultados alcançados pelo PROES são mostrados no quadro a seguir:

**QUADRO 2.3- BANCOS ESTADUAIS PRIVATIZADOS, LIQUIDADOS OU
FEDERALIZADOS DE 1997 A 2002.**

Ano	Privatizado	Liquidado*	Federalizado e ainda não privatizado
1997	Credireal (Bradesco). Banerj (Itaú) Banco Meredional do Brasil- (Bozano Simonse)		
1998	Bemge- Banco do Estado de Minas Gerais (Itaú). Bandepe- Banco do Estado de Pernambuco (ABN Amro)	Beron Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais.	
1999	Baneb- (Bradesco)	Banco do Estado do Acre Baner Banap Bemat	BEC
2000	Banespa (Santander) Banestado.	Banco do Estado do Rio Grande do Norte.	Banco do Estado de Santa Catarina Banco do Estado do Piauí
2001	BEG- (Itaú) Paraiban- (ABN Amro)		
2002	BEA- (Bradesco)	Produban- Banco do Estado do Alagoas	
2004	BEM-(Bradesco).		

Fonte: Almeida apud Laureto (2010).

Almejando uma maior solidez do sistema bancário o governo abriu o mercado nacional aos bancos estrangeiros. Esse fator foi central para o aumento das fusões e aquisições e para a determinação da estrutura do mercado financeiro nacional. Buscava-se proteger o sistema financeiro de crises internacionais. As altas taxas de juros e a queda do número de bancos no cenário financeiro, somado a uma série de incentivos feitos pelo governo, estimularam ainda mais a entrada de bancos estrangeiros no Brasil. Segundo Gonçalves (2004), citado por Laureto (2010, p.11), o governo acreditava que a entrada dessas instituições iria estimular as inovações, elevar a competição no setor e aumentar a eficiência operacional.

2.3.3. IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO NAS REGIÕES:

O processo de reestruturação bancária, ocorrido na década de 1990, atingiu de modo diferente as regiões do Brasil. Com o fim das receitas inflacionárias, os bancos

preferiram instalar suas agências em locais onde a renda da população é maior devido a possibilidade de obter mais lucros. De acordo com o relatório do DIEESE (1999), essa estratégia é razoável, já que os bancos tomam suas decisões visando à rentabilidade e exigindo que um município tenha um valor mínimo de depósitos bancários de modo que compense a instalação de instituições. Os municípios que não possuem esse número não terão dependências bancárias e seus moradores irão desenvolver suas atividades econômicas em uma cidade que ofereça tais serviços.

O impacto desses fatores para a economia foi a intensificação do processo de concentração bancária, como podemos analisar na tabela 2.1:

TABELA 2.1 - EVOLUÇÃO DA REDE DE CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA NAS REGIÕES

	Distribuição das agências pelo país		
	Dez.1994	Dez.2003	Dez.2013
Região Norte	4,15%	3,46%	4,83%
Região Nordeste	16,06%	13,88%	15,75%
Região Centro-Oeste	8,22%	9,23%	7,94%
Região Sudeste	50,29%	55,41%	52,47%
Região Sul	21,28%	20,25%	19,02%

Fonte: BCB.

Nota-se que em um horizonte de tempo de quase vinte anos, mais de 50% das agências bancárias estão concentradas na região Sudeste. Observa-se também que em 1994 a região sudeste e a região sul concentravam 71,57% do total de agências enquanto o resto do país detinha apenas 28,43%. A situação se agrava em 2003, quando esses números se encontram na casa dos 75,66% e 26,57%, respectivamente. Em 2013, há um leve aumento da participação das outras regiões para 28,51%. Todavia, os dados comprovam a intensificação da concentração do setor bancário nas últimas décadas.

A tabela 2.2 também apresenta outros dados que evidenciam a concentração regional do setor bancário. Nota-se que, em 2013, 1900 cidades, número correspondente a 34,01% do total de municípios brasileiros, não possuíam agências bancárias. Ou seja, mais de 1/3 das cidades ainda estavam sem poder desfrutar de

serviços mais amplos oferecidos por essas instituições. Desmembrando esse número (34,01%), observa-se que 29,68% das cidades possuem apenas postos avançados¹⁴.

TABELA 2.2 - QUANTITATIVO DE MUNICÍPIOS COM ATENDIMENTO (DEZ 2013)

Atendimento	Número de municípios	% de municípios
Qtde Municípios	5587	100%
Municípios sem agências	1900	34,01%
<i>Sem agência e com PA</i>	1658	29,68%
<i>Sem agência e sem PA</i>	242	4,33%
Municípios com agência	3687	65,99%
Municípios sem dependências	233	4,17%

Fonte:BCB.

Por meio da tabela 2.3, pode-se também analisar a concentração do setor nas regiões do Brasil no ano de 2013. Observa-se que a região sudeste possui 29,86% dos municípios e 42,13% da população, mas cerca de 52,47% das agências bancárias. Por outro lado, a situação é bem diferente na região norte, pois tal região possui apenas 4,83% das agências, valores muito baixos em relação ao percentual de municípios e população dessa região. Esses dados podem ser observados na tabela 2.3:

TABELA 2.3 - ATENDIMENTO BANCÁRIO NAS REGIÕES (DEZ 2013)

Regiões	% Municípios	%População	%Agências
Região Norte	8,04	8,32	4,83
Região Nordeste	32,11	27,83	15,75
Região Centro-Oeste	8,7	7,37	7,94
Região Sudeste	29,86	42,13	52,47
Região Sul	21,3	14,36	19,02

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE.

Essa concentração regional do setor bancário prejudica o desenvolvimento das regiões, na medida em que priva as mais pobres do acesso a recursos que poderiam estimular o desenvolvimento dessas localidades. A falta de atendimento e a dificuldade

¹⁴ PA – Posto Avançado: é um ponto destinado a municípios desassistidos de serviços bancários. Possui estrutura reduzida de funcionários e atendimento eletrônico (BB).

de obtenção de empréstimos faz com que tais regiões fiquem dependentes dos grandes centros urbanos.

3. CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

O presente capítulo está dividido em cinco seções. A primeira apresenta a metodologia sobre análise de fatores, a segunda analisa as principais estatísticas descritivas, na terceira são mostrados os resultados do método, na quarta seção são apresentados a capacidade explicativa de algumas variáveis na localização das agências, e por fim, é feito um teste empírico. O objetivo geral é utilizar a Análise de Fatores para criar uma variável que reúna todas as atividades financeiras de cada município para explicar o grau de concentração bancária e, como objetivo específico, a importância desta variável na explicação da localização das agências bancárias.

3.1. METODOLOGIA:

Ao longo dos anos, o uso das técnicas estatísticas multivariadas tem aumentado consideravelmente em todas as áreas, sejam elas relacionadas à saúde, as ciências sociais ou aos negócios. E na medida em que cresce o número de variáveis a serem consideradas nas análises, também aumenta a necessidade de maior conhecimento da estrutura e das inter-relações existentes entre as essas variáveis. Assim, o objetivo geral desta pesquisa é utilizar a Análise de Fatores para explicar o grau de concentração bancária. E como objetivo específico, apresentar a importância de algumas as variáveis que melhor explicam a localização das agências bancárias nas regiões do estado do Rio de Janeiro.

A base de dados contém 92 observações sobre 4 variáveis, que foram escolhidas de forma que possam ajudar na tarefa de desenvolver o estudo. Na tabela 3.1, é mostrada uma descrição das variáveis utilizadas na base de dados, vale à pena ressaltar que não há nenhuma variável com dados faltantes. Os dados são referentes ao ano de 2012.

TABELA 3.1- RELAÇÃO DAS VARIÁVEIS

Depósitos a prazo
Depósitos a vista
Operações de Crédito
Poupança

Uma observação importante é ressaltar que os dados foram transformados a partir da divisão entre o valor individual de cada variável observada em relação ao total dessa variável para evitar possíveis análises deturpadas, e também, minimizar a presença de dados aberrantes. Por exemplo,

$$Variável_i = \frac{Variável_i}{\sum_{i=1}^n Variável_i}$$

As informações utilizadas neste trabalho são oriundas de pesquisas e levantamentos correntes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E para a análise e a aplicação de tais técnicas foi utilizado o software estatístico SPSS 13.5e o Excel 2010.

3.2. ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS:

Com relação à análise exploratória dos dados, foi realizada com o objetivo de conhecer algumas medidas estatísticas importantes que auxiliam a entender melhor o comportamento das variáveis e no processo de formulação de hipóteses. Na tabela 3.2 têm-se quatro medidas importantes para este estudo.

A média é uma medida de localização muito sensível e pouco resistente, distorcendo-se na presença de valores “muito grandes” ou “muito pequenos”. Ainda na tabela 3.2, percebe-se que os depósitos a prazo apresentam a maior média. Com relação ao desvio padrão, que mede a volatilidade de cada variável, possui o segundo maior valor. A análise conjunta destas duas medidas estatísticas permite inferir o quanto é distinto são os depósitos a vista nos municípios do estado, pois existem municípios com grande volume de negócios (como Rio de Janeiro, por exemplo), e municípios minúsculos, por exemplo, Aperibé.

TABELA 3.2- PRINCIPAIS ESTATÍSTICAS DESCRITIVAS

Variáveis	Média	Desvio Padrão	Máximo	Mínimo
Depósitos a prazo.	855589438,1	6752371157	64823460253	1532771
Depósitos à vista.	234108641,5	1755003633	16857140334	1052418
Operações de crédito.	1359278289	10157936123	97556647994	2593645
Poupança	722261366,4	4545225814	43557981590	7228734

Fonte: Elaboração Própria.

3.3. ANÁLISE DE FATORES:

De acordo com Field (2009), a análise fatorial é uma técnica estatística multivariada cujo objetivo principal é definir uma estrutura própria entre as variáveis que estão sendo analisadas na pesquisa. Na medida em que se acrescentam mais variáveis também aumenta as chances de existir correlações entre as mesmas. Assim, se as variáveis analisadas são correlacionadas, existe a necessidade de otimizar o uso delas, a partir de uma espécie de agrupamento daquelas que sejam altamente correlacionadas. A ferramenta análise fatorial fornece um método para analisar as estruturas das correlações de um grande número de variáveis e, assim, definindo conjuntos de variáveis (ou grupo de fatores) que são fortemente inter-relacionadas.

Desta forma, o objetivo geral na utilização da análise fatorial é encontrar uma maneira de reunir a informação contida em diversas variáveis em um conjunto menor de novas variáveis estatísticas, com uma perda mínima de informação. Neste trabalho, as quatro variáveis são relevantes à pesquisa no sentido de explicar a concentração bancária no estado do Rio de Janeiro. Porém, para analisá-las e interpretá-las foi utilizada a técnica de redução de dimensionalidade da base de dados, ou seja, buscar características que não são observadas diretamente, mas podem ser entendidas por meio das variáveis consideradas (fatores latentes).

Para testar o grau de ajuste a análise de fatores utiliza-se os testes Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e de Esfericidade de Bartlett. De acordo como primeiro critério, geralmente, o número de fatores é igual ao número de autovalores maiores ou iguais a 1, pois o SPSS usa como critério de referência valores iguais ou maiores que um para autovalores como critério de seleção. Desta forma, fatores cujo autovalores sejam inferiores a 1 devem ser desconsiderados. Com relação ao teste da esfericidade de Bartlett, é um teste estatístico para determinar a presença de correlações entre as variáveis. Ele fornece a significância estatística de que a matriz de correlação que são significantes entre algumas variáveis. Assim indica o grau de ajuste dos dados à análise fatorial.

TABELA 3.3- TESTE DE KMO E BARTLET

Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy.	.881
Bartlett's Approx. Chi-Square	1.962.404
Test of DF	6
Sphericity Sig.	.000

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com a tabela 3.3, os valores do teste KMO se apresentam normalizados (entre 0 e 1) indicando que quanto mais próximo de 1, melhor será a adequação dos dados a análise fatorial. Vale à pena ressaltar que valores inferiores a 0,5 apontam para baixa adequação à metodologia. Neste caso, o teste KMO apresentou 0,881, indicando que os dados se adequaram muito bem ao método. Também nessa tabela está o teste da esfericidade de Bartlett's que apresenta o valor da significância abaixo de 0,05, ou seja, existe correlação suficiente entre as variáveis para se continuara análise.

Na tabela 3.4 é apresentado o poder de explicação que cada componente na explicação da variabilidade dos dados. Dito de outra forma, com apenas 1 componente, consegue-se explicar algo em torno de 99 % de toda a variabilidade existente entre as variáveis utilizadas no estudo. Assim, a perda de informação de se trabalhar com 1 fator(nova variável) ao invés de 4 variáveis gira em torno de apenas 0,08%.

TABELA 3.4- TOTAL VARIANCE EXPLAINED

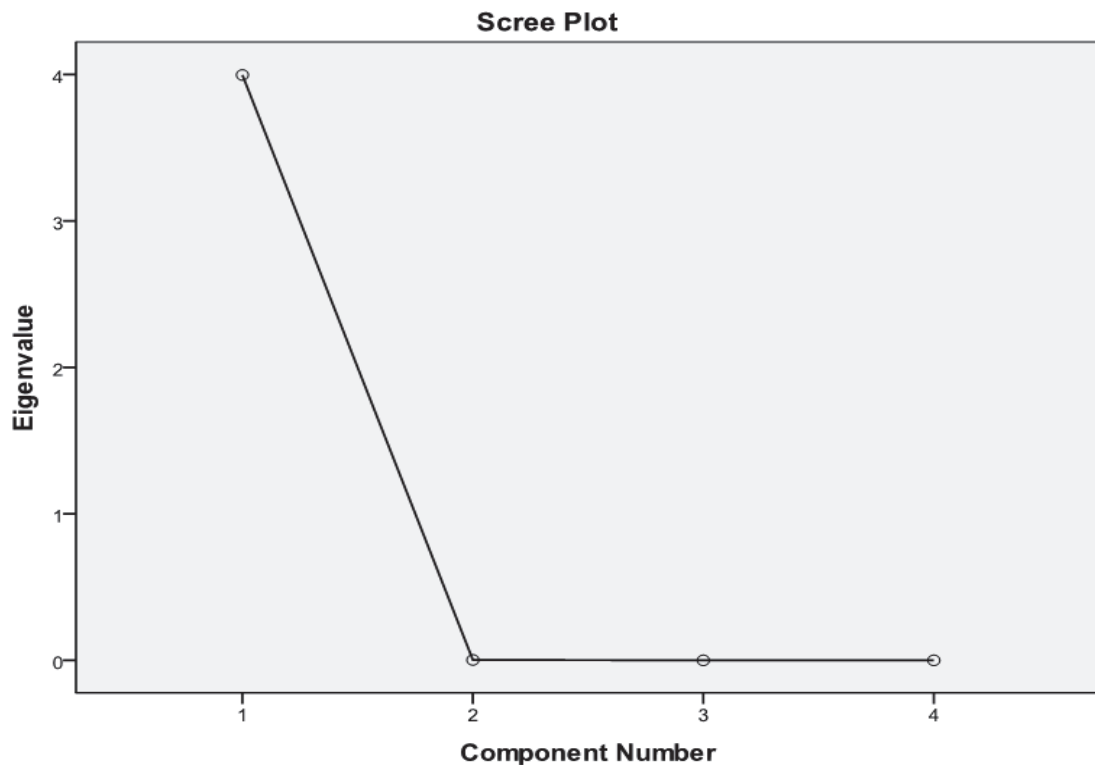
Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	3.997	99.921	99.921	3.997	99.921	99.921
2	.003	.071	99.992			
3	.000	.005	99.997			
4	.000	.003	100.000			

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Para ajudar na decisão sobre o número de fatores adequados é utilizado o *scree plot*. É um gráfico que apresenta o número ótimo de fatores que devem ser utilizados na análise. Ele é um gráfico de autovalores, que relaciona os autovalores com o número de fatores. A principal característica desse gráfico é ter uma inclinação bem acentuada na curva seguida de uma cauda horizontal ou quase horizontal. De acordo com Cattell apud

Field (2009) o ponto de corte para escolher fatores é o ponto de inclinação dessa curva. O gráfico 3.1 mostra que o *scree-plot* indica que se deve trabalhar com apenas um fator subjacente. Esse fator será denominado de Atividade Financeira.

GRÁFICO 3.1



A análise de fatores também se utiliza a comunalidade de cada variável. A comunalidade é a soma dos quadrados das cargas fatoriais das variáveis sobre cada fator e indica a eficiência dos mesmos na explicação da variabilidade total. Segundo Field (2009) é “uma medida de importância de uma variável particular para determinado fator”, ou seja, informa o quanto uma variável ajuda para formar um fator. Ressalta-se que, muitas vezes as comunalidades não são estimáveis, ou até mesmo, podem ser inválidas (por exemplo, valores maiores que 1 ou menores que 0), exigindo a eliminação da variável da análise. Neste caso, não houve a necessidade de eliminar nenhuma das variáveis estudadas. Na tabela 3.5 nota-se que três valores são iguais a 1, o que indica que 100% da variância das variáveis são reproduzidas pelo fator em questão e apenas um apresenta comunalidade de 0,988 o que é considerado um valor muito significativo.

TABELA 3.5- Communalities

	Initial	Extraction
Depósito a Prazo	1.000	1.000
Depósito a Vista	1.000	1.000
Operação de Crédito	1.000	1.000
Poupança	1.000	.998

Extraction Method: Principal Component Analysis.

3.4. ANÁLISE EMPÍRICA DA CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

A tabela 3.6 mostra como estão distribuídas o percentual de agências bancárias, PIB, População e Salários Mínimos nas oito regiões do Estado do Rio de Janeiro.

TABELA 3.6 CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA NAS REGIÕES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Regiões	Agências	PIB	População	Salários Mínimos
Região Metropolitana	76,04%	64,63%	72,70%	2,5
Região Serrana	5,09%	3,91%	5,00%	2,0
Região Norte Fluminense	4,22%	13,43%	5,41%	2,8
Região Médio-Paraíba	4,78%	6,03%	5,33%	2,7
Região Noroeste Fluminense	2,49%	0,93%	1,97%	1,9
Região Centro-Sul Fluminense	2,24%	1,11%	1,99%	2,2
Região Costa-Verde	1,53%	3,64%	2,29%	3,2
Região das Baixadas Litorâneas	3,61%	6,31%	5,32%	2,3

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE.

A região metropolitana é a que mais se destaca, na medida em que gera cerca de 64, 63% do PIB de todo o estado. De acordo com CEPERJ (2014), nela se encontram a maior parte das indústrias do estado, formando um parque industrial muito diversificado. Encontram-se serviços altamente especializados nos setores financeiro, educacional, comercial e de saúde, assim como importantes instituições e órgãos públicos. Congrega 72,70% da população do estado, além de possuir a quarta melhor remuneração média dentre as demais regiões. Essa região concentra-se 76,04% das agências bancárias de todo o estado.

A região Serrana¹⁵ apresenta o segundo maior percentual de agências bancárias do estado do Rio de Janeiro, cerca de 5,09%. Todavia, possui valores relativamente pequenos para PIB e tem apenas a quinta maior população do estado. Apesar da aparente contradição com a teoria de Sicsu e Crocco (2003), tal fato pode ser explicado, pois essa região é caracterizada por duas unidades espaciais diferenciadas (CEPERJ, 2014). A primeira é formada pelos municípios de Teresópolis, Nova Friburgo e Petrópolis. É marcada pelo grande dinamismo, em decorrência das atividades turísticas, industriais e a produção de hortifrutigranjeiros. A outra unidade, composta pelo restante da região, tem um baixo desempenho econômico, pois apesar de desempenhar algumas atividades industriais, concentra seus trabalhos na pecuária extensiva, em solos empobrecidos.

As regiões Norte Fluminense e Médio-Paraíba apresentam valores bastante parecidos no percentual de agências 4,22% e 4,78%, respectivamente. Devido à produção de petróleo e gás natural, a região Norte é uma das que mais importantes do Rio de Janeiro (CEPERJ, 2014), gerando cerca de 13,43% do PIB do estado. Possui a segunda maior população (5,41%) e a segunda maior remuneração média (2,8 salários mínimos) do estado. A região do Médio-Paraíba¹⁶ também é uma das mais importantes do estado, por ser a mais industrializada, destacando-se o eixo Barra-Mansa, Volta-Redonda e Resende (CEPERJ, 2014). Tem a segunda maior população e o terceiro melhor rendimento médio de todo o estado, 5,41% e 2,7 salários mínimos, respectivamente. Todos esses fatores fazem com que a região do Médio-Paraíba seja a terceira com maior índice de agências bancárias do estado e a região Norte ocupe a quarta posição.

15 A realidade econômica que se segue sobre a Região Serrana caracteriza um cenário anterior aos deslizamentos e eventos associados ocorridos em janeiro de 2011. Sabe-se que a economia da Região foi profundamente afetada, implicando em alteração da produção, assim como da oferta e demanda da mão-de-obra. Problemas ambientais e sociais se acentuaram. Com a realização de estudos e pesquisas nas áreas ambiental, social e econômica, poder-se-á contar, mais para a frente, com informações mais precisas sobre esta nova realidade (CEPERJ, 2014).

16 Volta Redonda e Barra Mansa exercem, juntos, influência direta sobre grande parte da Região, bem como sobre a porção meridional do Centro-Sul Fluminense. Devem tal condição ao fato de abrigar uma conurbação, representada pelas duas sedes, cujo crescimento está relacionado à implantação da CSN, que desempenhou papel multiplicador na atividade industrial regional, com consequente aumento dos serviços. Estes centros são beneficiados por rodovias, que permitem a comunicação não só com outros municípios fluminenses, mas também com São Paulo e Minas Gerais, destacando-se a Rodovia Presidente Dutra e a BR-393, que possibilita a conexão com a rodovia BR-040, que liga o Rio a Belo Horizonte (CEPERJ, 2014).

As regiões Noroeste e Centro-Sul, também apresentam valores muito semelhantes para o percentual de agências, embora do ponto de vista econômico possuam características distintas. De acordo com o relatório Ceperj (2014), a região Noroeste tem sua economia voltada para a agropecuária, em uma estrutura arcaica, baseando-se no binômio latifúndio-minifúndio, na má utilização da terra e na pecuária extensiva. Esses fatores acrescidos a uma fraca expansão das atividades industriais e terciárias afetam negativamente a renda e o emprego na região. Por outro lado, a região Centro-Sul é mais industrializada tendo em Três Rios seu centro regional. Apesar das diferenças econômicas, o número de agências pode ser parecido, devido ao fato de apresentarem valores próximos para PIB, população e rendimento médio.

Por fim temos as regiões Costa-Verde e Baixadas- Litorâneas. Tais localidades têm suas economias voltadas para o turismo e lazer (CEPERJ, 2014). A região das Baixadas-Litorâneas possui 3,6% das agências do estado, enquanto a região Costa-Verde apenas 1,53%. Ressalta-se também que Costa-verde é formada apenas por quatro municípios, enquanto as Baixadas- Litorâneas possuem onze.

As tabelas a seguir apresentam o grau de concentração bancária dos municípios do Estado. Elas estão organizadas em ordem decrescente pela variável Atividade Financeira denominada apenas como Fator. O percentual de agência, PIB e População em relação a cada região

Na tabela 3.7, pode-se observar na Região Metropolitana que o Rio de Janeiro apresenta um elevado grau de concentração bancária. Ele sozinho possui cerca de 80% das agências de toda a região. Observa-se também que o município de Japeri é o que apresenta menor grau de concentração bancária, na medida em que possui apenas 0,13% do total de agências desta região, apesar de não possuir a menor população, o menor PIB e o menor salário médio.

**TABELA 3.7 - CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA DA REGIÃO
METROPOLITANA**

Cidades	%Agências	%PIB	%População	Salário mensal médio
Rio de Janeiro	78,33%	70,06%	54,03%	4,5
Niterói	5,89%	4,87%	4,15%	3,3
Duque de Caxias	3,55%	8,91%	7,34%	3,1
Nova Iguaçu	2,94%	3,43%	6,76%	2,1
São Gonçalo	2,81%	3,88%	8,62%	2,0
São João de Meriti	1,34%	1,95%	3,87%	2,0
Nilópolis	0,60%	0,61%	1,33%	1,8
Itaboraí	0,80%	0,88%	1,89%	2,6
Magé	0,74%	0,78%	1,95%	1,9
Belford Roxo	0,87%	1,65%	4,01%	2,4
Maricá	0,54%	0,90%	1,17%	2,1
Queimados	0,47%	0,63%	1,19%	2,4
Mesquita	0,33%	0,54%	1,43%	2,1
Seropédica	0,33%	0,31%	0,68%	4,0
Guapimirim	0,13%	0,17%	0,46%	2,0
Tanguá	0,20%	0,11%	0,27%	1,9
Japeri	0,13%	0,33%	0,83%	2,1

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE.

Na tabela 3.8, a região Serrana apresenta um maior grau de concentração em apenas três cidades. Observa-se que 67% das agências dessa região estão situadas em Petrópolis, Nova Friburgo e Teresópolis, sendo as outras 33% distribuídas em onze municípios, ou seja, o fator acompanhou a dinâmica econômica e a concentração bancária da região.

TABELA 3.8 - CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA DA REGIÃO SERRANA

Cidades	%Agências	%PIB	%População	Salário mensal médio
Petrópolis	32,00%	51,00%	36,40%	2,3
Nova Friburgo	21,00%	16,47%	22,50%	1,8
Teresópolis	14,00%	17,73%	20,76%	2,2
Bom Jardim	4,00%	2,16%	3,17%	1,9
Cantagalo	4,00%	2,65%	2,42%	2,8
Cordeiro	3,00%	1,30%	2,55%	1,8
São José do Vale do Rio Preto	3,00%	2,28%	2,53%	1,9
Carmo	3,00%	1,59%	2,19%	1,6
Sumidouro	2,00%	1,41%	1,84%	2,3
Santa Maria Madalena	3,00%	0,72%	1,26%	2,1
Duas Barras	3,00%	0,96%	1,35%	1,7
Macuco	3,00%	0,53%	0,66%	1,8
Trajano de Moraes	2,00%	0,62%	1,26%	1,4
São Sebastião do Alto	3,00%	0,58%	1,10%	1,9

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE.

Na tabela 3.9, a região Norte Fluminense é bem definida pela análise fatorial. Vemos que o fator indicou Campos dos Goytacazes e Macaé como as duas cidades com maior grau de concentração. Esses dois municípios possuem mais de 70% das agências dessa região, enquanto as cidades de Cardoso Moreira e Carapebus têm apenas duas agências cada.

TABELA 3.9 - CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA DA REGIÃO NORTE FLUMINESE

Cidades	%Agências	%PIB	%População	Salário mensal médio
Campos dos Goytacazes	42,17%	59,93%	53,90%	2,5
Macaé	31,33%	20,23%	25,35%	8,1
São João da Barra	4,82%	9,60%	3,83%	2,2
São Fidélis	4,82%	0,73%	4,26%	1,9
São Francisco de Itabapoana	4,82%	1,21%	4,68%	2
Quissamã	3,61%	6,47%	2,46%	2,9
Conceição de Macabu	3,61%	0,34%	2,47%	1,9
Cardoso Moreira	2,41%	0,21%	1,42%	1,9
Carapebus	2,41%	1,28%	1,63%	2,1

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE.

A Tabela 3.10, mostra os dados referentes à região Médio Paraíba. Conforme na região Serrana, apenas três cidades (eixo econômico da região) possuem grande parte das agências. Podendo destacar os municípios de Volta- Redonda, Resende e Barra-Mansa que juntas possuem mais de 60% das agências de toda a região. Nota-se que elas também possuem os maiores PIB e as maiores população, mas não os maiores salários médios (fato que mostra o pouco poder de explicação desta variável).

TABELA 3.10 - CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA DA REGIÃO MÉDIO-PARAÍBA

Cidades	%Agências	%PIB	%População	Salário mensal médio
Volta Redonda	31,91%	32,62%	30,00%	2,9
Resende	15,96%	20,17%	14,15%	3,6
Barra Mansa	12,77%	11,46%	20,59%	2,4
Barra do Pirai	6,38%	5,02%	11,04%	2,7
Valença	7,45%	3,74%	8,39%	1,8
Pirai	5,32%	3,53%	3,13%	2,6
Porto Real	3,19%	13,21%	2,03%	4,7
Itatiaia	4,26%	6,49%	3,41%	2,9
Rio Claro	3,19%	0,70%	2,03%	2,2
Pinheiral	3,19%	0,81%	2,69%	1,6
Quatis	3,19%	0,69%	1,52%	1,8
Rio das Flores	3,19%	1,58%	1,01%	2,6

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE.

Na tabela 3.11, apresenta-se as informações sobre a região Noroeste Fluminense. O município de Itaperuna é o que apresenta o maior grau de concentração com 20,41% das agências da região. Ressalta-se que apesar de não possuir o maior salário médio mensal, ela tem o maior PIB e a maior população. Os municípios Italva, Lajé do Muriaé e Aperibé apresentam apenas duas agências cada.

**TABELA 3.11 - CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA DA REGIÃO NOROESTE
FLUMINENSE**

Cidades	%Agências	%PIB	%População	Salário mensal médio
Itaperuna	20,41%	36,37%	30,42%	2,0
Bom Jesus do Itabapoana	8,16%	10,34%	11,12%	1,8
Santo Antônio de Pádua	8,16%	13,53%	12,74%	1,8
Itaocara	8,16%	6,51%	7,10%	1,8
Miracema	8,16%	6,74%	8,31%	1,9
Porciúncula	8,16%	4,96%	5,65%	2,2
Natividade	8,16%	3,93%	4,68%	1,8
Italva	4,08%	3,66%	4,47%	2,0
Cambuci	6,12%	4,49%	4,61%	1,9
São José de Ubá	6,12%	2,26%	2,22%	1,7
Varre-Sai	6,12%	2,76%	3,06%	1,9
Laje do Muriaé	4,08%	2,09%	2,29%	1,6
Aperibé	4,08%	2,36%	3,33%	1,7

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE.

Na tabela 3.12 analisa-se a região Centro- Sul. Observa-se que o município de Três Rios possui o maior número de agências, o que é comprovado pela indicação do fator. Todavia, Areal e Comendador Levy Gasparian, são os que apresentam menor quantidade de agências, apenas duas, tendo também, o menor PIB e a menor população. Embora não possuindo os menores salários médios da região.

**TABELA 3.12 - CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA DA REGIÃO CENTRO- SUL
FLUMINENSE**

Cidades	%Agências	%PIB	%População	Salário mensal médio
Três Rios	15,91%	35,28%	24,21%	2,0
Vassouras	9,09%	9,05%	10,80%	2,3
Miguel Pereira	11,36%	6,29%	7,63%	2,1
Paraíba do Sul	11,36%	10,94%	12,90%	1,8
Paracambi	11,36%	10,33%	14,98%	4,0
Mendes	9,09%	3,78%	5,56%	1,6
Paty do Alferes	9,09%	5,74%	8,21%	2,0
Sapucaia	6,82%	8,18%	5,41%	2,2
Areal	4,55%	4,77%	3,62%	2,5
Engenheiro Paulo de Frontin	6,82%	2,95%	4,15%	1,7
Comendador Levy Gasparian	4,55%	2,71%	2,53%	2,4

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE.

Na tabela 3.13, a região Costa-Verde é bem definida pela análise fatorial, o PIB e a população. Ou seja, Angra dos Reis que possui o maior número de agências também têm a maior população e o maior PIB e os municípios de Itaguaí, Paraty e Mangaratiba também obedecem essa mesma lógica. Destaca-se o baixo poder de explicação da variável salário médio.

TABELA 3.13 - CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA DA REGIÃO COSTA- VERDE

Cidades	%Agências	%PIB	%População	Salário mensal médio
Angra dos Reis	36,67%	64,37%	48,31%	4,7
Itaguaí	33,33%	22,60%	30,76%	3,2
Paraty	20,00%	6,77%	10,50%	2,3
Mangaratiba	10,00%	6,26%	10,44%	2,8

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE.

Na tabela 3.14 é mostrada a região das Baixadas-Litorâneas. Há um significativo grau de concentração bancária nas cidades de Cabo Frio, Rio das Ostras e Araruama, que sozinhas possuem mais de um terço do total de agências desta Região. Essas cidades também têm as maiores populações, embora não tenham os maiores rendimentos médios e o PIB da cidade de Araruama não estar entre os três primeiros.

TABELA 3.14 - CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA DA REGIÃO DAS BAIXADAS LITORÂNEAS

Cidades	%Agências	%PIB	%População	Salário mensal médio
Cabo Frio	19,72%	32,09%	23,03%	2,1
Rio das Ostras	14,08%	31,60%	14,04%	3,5
Araruama	11,27%	4,76%	13,67%	1,9
Rio Bonito	8,45%	2,97%	6,54%	1,9
Casimiro de Abreu	5,63%	9,24%	4,42%	2,2
Saquarema	8,45%	3,51%	9,13%	1,9
São Pedro da Aldeia	5,63%	3,57%	10,76%	2,9
Cachoeiras de Macacu	7,04%	2,95%	6,39%	2,5
Armação dos Búzios	7,04%	6,15%	3,42%	2,2
Arraial do Cabo	4,23%	1,53%	3,29%	2,1
Silva Jardim	4,23%	0,73%	2,46%	2,1
Iguaba Grande	4,23%	0,92%	2,85%	1,8

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE.

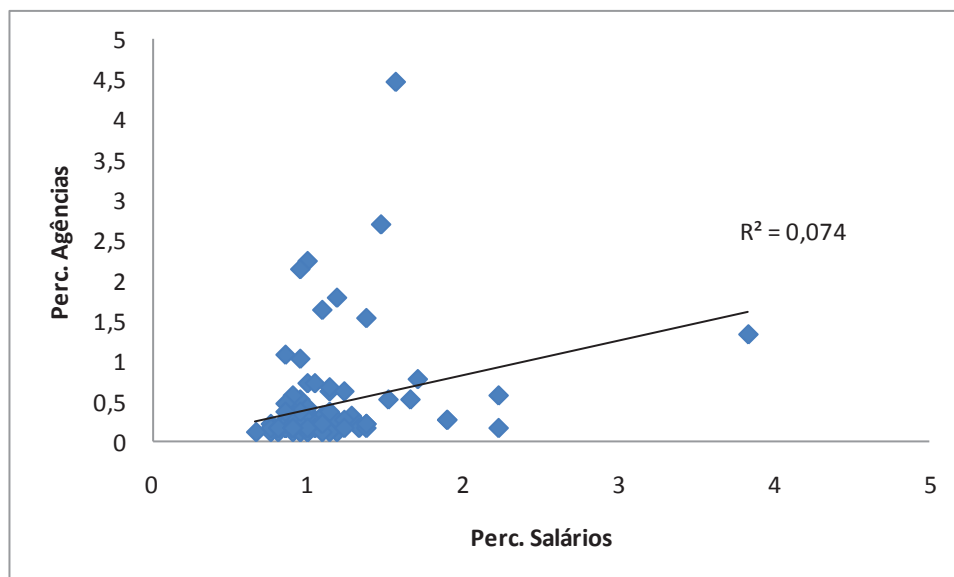
3.5. TEORIA DA LOCALIZAÇÃO DA FIRMA BANCÁRIA.

Sicsu e Crocco (2003) acreditam que a decisão de abertura de novas agências é fortemente influenciada pelo tamanho da população, renda (PIB) e a distribuição de renda do local (salários médios). O objetivo desta seção é verificar a importância das variáveis citadas pelos autores e pelo nível de atividade financeira (obtido pela análise de fatores) para explicar a motivação por parte dos banqueiros para a localização e/ou abertura de novas agências. A métrica utilizada para analisar o grau de importância será utilizado o coeficiente de determinação (R^2) da regressão linear. O R^2 é a medida da proporção da variação na variável dependente explicada pela variável independente. (Hill, 2006). Nesse caso, a variável dependente foi o percentual das agências de cada município e a variável independente, testadas individualmente, foram o percentual de salários, o percentual do PIB, o percentual da população e o fator atividade financeiro. Ressalta-se que o município do Rio de Janeiro foi retirado devido à influência sobre a reta de regressão.

No gráfico 3.2, a variável distribuição de renda não se mostrou eficaz para explicar a variação do número de agências, pois tal modelo de regressão explica apenas 7,40% da variação no número de agências em torno de sua média, deixando 92,6% da variação inexplicados.

GRÁFICO 3.2- REGRESSÃO LINEAR SIMPLES

$$\text{PERC.AGÊNCIAS} = \alpha + \beta \text{ PER. SALÁRIOS}$$

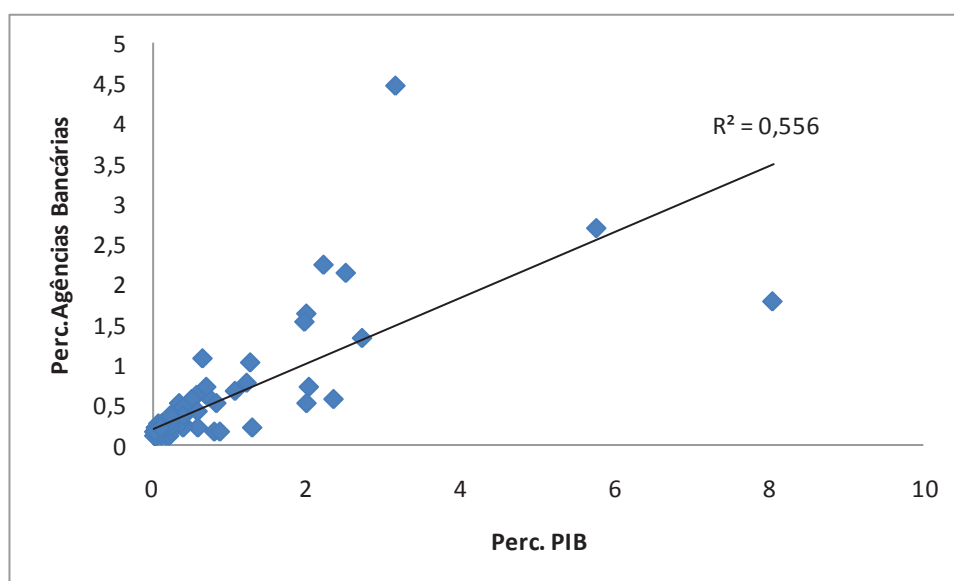


Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE.

No gráfico 3.3, a variável renda se mostrou mais eficiente, na medida em que apresentou um R^2 de 0,556. O valor de R^2 de 0,556 nos diz que 55,6% da variação no número de agências em torno de sua média são explicados pela variação do PIB.

GRÁFICO 3.3- REGRESSÃO LINEAR SIMPLES

$$\text{PERC.AGÊNCIAS} = \alpha + \beta \text{ PER. PIB}$$

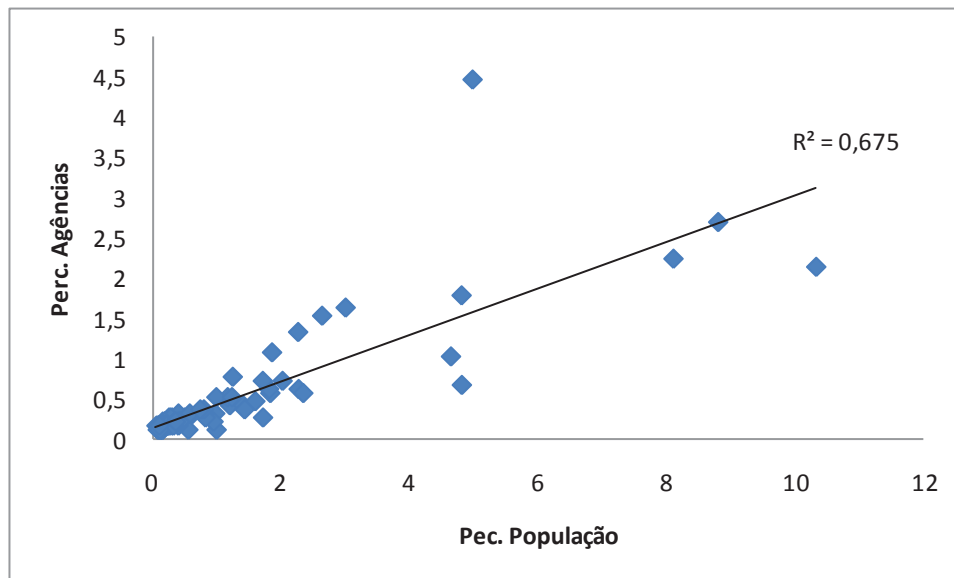


Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE.

No gráfico 3.4 pode-se observar que esta regressão explica 67,5% da variação do número de agências em torno de sua média, deixando 32,5% da variação inexplicado.

GRÁFICO 3.4- REGRESSÃO LINEAR SIMPLES

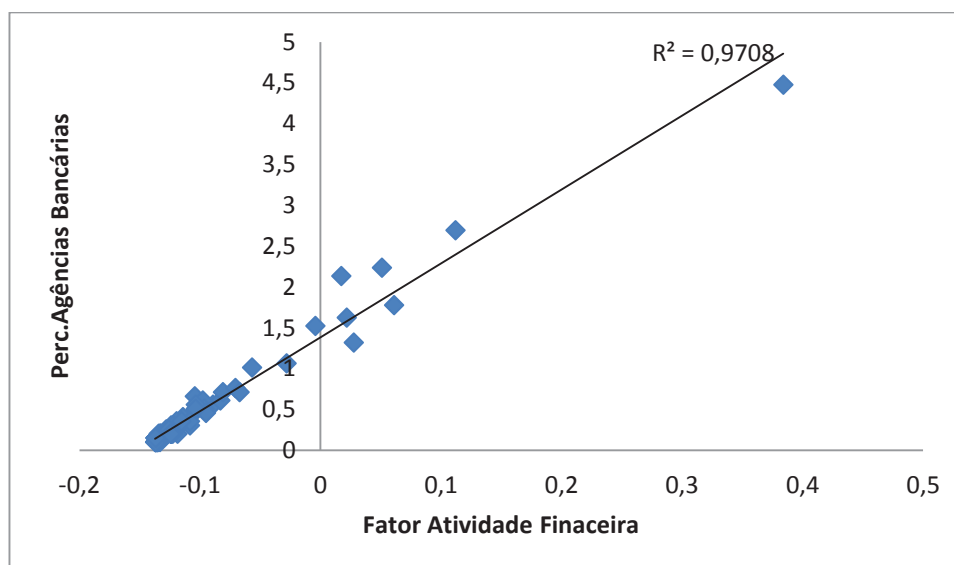
$$\text{PERC.AGÊNCIAS} = \alpha + \beta \text{ PER. POPULAÇÃO}$$



Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE.

No gráfico 3.5, o fator atividade financeira apresentou um R^2 de 97%. Esse fato nos diz que 97% da variação no número de agências em torno de sua média são explicados pela variação no fator atividade financeira.

GRÁFICO 3.5- REGRESSÃO LINEAR SIMPLES
PERC.AGÊNCIAS = α + β ATIVIDADE FINANCEIRA



Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE.

Nesse momento analisaremos dois importantes valores expressos nas saídas das regressões, são eles: o valor-p e o coeficiente angular. O valor-p é utilizado em testes de hipóteses para ajudar na conclusão de rejeição ou aceitação da hipótese nula¹⁷. A regra de rejeição para um teste de hipótese diz que se rejeita a hipótese nula quando o valor-p é menor do que o valor do nível de significância escolhido. No nosso caso, o nível de significância é de 5%. Já o intercepto representa o valor da variável dependente quando a variável independente for igual a zero.

Na tabela 3.15 se observa uma saída de regressão para a variável PIB. O valor de zero para o valor-p indica a rejeição da hipótese nula, pois é menor do que 5%, ou seja, a uma relação estatisticamente significativa entre os percentuais do número de agências e o PIB. O coeficiente angular diz que se o PIB aumentar em 1%, em média, o número de agências aumentará em 0 409%.

¹⁷ Para mais detalhes, conferir(Hill, 2006).

TABELA 3.15- ANÁLISE DOS COEFICIENTES PARA PIB

	<i>Coeficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>
Interseção	0,198	0,051	3,857	0,00
Variável X 1	0,409	0,039	10,576	0,00

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE.

Na tabela 3.16 pode-se notar a saída de regressão para a variável população. O valor de zero 0,008 e 0,000 indicam a rejeição da hipótese nula. O coeficiente angular mostra que se a população aumentar em 1%, o número de agências aumentará, em média, 0, 291%.

TABELA 3.16- ANÁLISE DOS COEFICIENTES PARA POPULAÇÃO

	<i>Coeficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>
Interseção	0,125	0,046	2,731	0,008
Variável X 1	0,291	0,021	13,620	0,000

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE.

Na tabela 3.17, que mostra a regressão para a variável distribuição de renda, observa-se a aceitação da hipótese nula para o intercepto e rejeição da hipótese nula para o coeficiente angular. Conforme o R^2 apresentado no gráfico 3.4, essa variável não tem um bom poder explicativo.

TABELA 3.17- ANÁLISE DOS COEFICIENTES PARA SALÁRIOS

	<i>Coeficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>
Interseção	-0,025	0,188	-0,131	0,896
Variável X 1	0,427	0,160	2,668	0,009

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE.

Por último, na tabela 3.18 observamos a regressão para variável representada pelo fator atividade financeira. O valor de zero para o valor-p indica a rejeição da hipótese nula, pois é menor do que 5%, ou seja, a uma relação estatisticamente significativa entre número de agências e o fator. O coeficiente angular diz que se o fator

atividade financeira aumentar em 1%, em média, o número de agências aumentará em 9,046%.

TABELA 3.18- ANÁLISE DOS COEFICIENTES PARA O FATOR ATIVIDADE FINANCEIRA

	<i>Coeficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>
Interseção	1,385	0,021	66,263	0,00
Variável X 1	9,046	0,166	54,422	0,00

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE.

4. CONCLUSÕES

Tendo por base a teoria Keynesiana da moeda, que assume que esta não é neutra, sendo capaz de atingir variáveis reais, torne-se relevante o estudo da concentração do sistema regional bancário.

No primeiro capítulo, foi observado que a concentração bancária prejudica o desenvolvimento de algumas regiões, na medida em que prioriza a instalação de agências em algumas regiões em detrimento de outras. Com o intuito de entender tais decisões, foi mostrado a distinção dos pólos regionais, chamados de centro e periferia. Acredita-se que por motivos como trajetórias de crescimentos mais estáveis, baixa propensão a importar, pouca incerteza, mercado financeiro bem desenvolvido, dentre outras coisas, os bancos irão preferir se instalar em regiões centrais.

Tendo feita a distinção destes pólos, foi possível, através da análise dos seis estágios de desenvolvimento do setor bancária, compreender seu caráter não neutro no ambiente regional. Esses estágios mostram que os bancos foram se tornando cada vez mais livres dos limites impostos pelo governo e dos níveis de recursos. Nos dias de hoje, num cenário de maior integração financeira e especulações interbancárias, os bancos não são meros intermediários entre poupadores e vendedores, mas são firmas que possuem expectativas e motivações próprias, sendo seu comportamento capaz de atingir variáveis reais da economia. Dado isso, tornou-se relevante notar o que faz de um local um pólo de concentração do setor bancário.

De acordo com Sicsu e Crocco (2003), a teoria da localização da firma conclui que as variáveis relacionadas à renda, distribuição de renda e tamanho da população influenciam nas decisões dos banqueiros. Estes procuram regiões mais ricas, em que a renda é bem distribuída e que há um grande número de habitantes. Este fato prejudica o desenvolvimento das regiões mais pobres e influencia de forma negativa o grau de bancarização.

No segundo capítulo, foi mostrado, tendo como ponto de partida o processo de globalização financeira, a evolução do sistema bancário brasileiro nos últimos anos. Vimos que o principal efeito provocado pelo processo de globalização financeira foi o aumento da movimentação de capitais, proporcionado pelo crescimento do comércio internacional a taxas mais elevadas que o crescimento do PIB mundial; grande evolução nas indústrias de informática, telefonia e mídia; e a significativa redução do protecionismo (desregulamentação do mercado de capitais). Quanto à evolução do

sistema bancário brasileiro observou-se na década de 1990 a abertura econômica e financeira, medidas de proteção do sistema bancário e entrada no mercado nacional de bancos estrangeiros. Todos esses acontecimentos potencializaram o processo de concentração bancária. Empiricamente, observou-se uma concentração nas regiões Sul e Sudeste.

Por fim, por meio do método de análise fatorial, foi constatada a relevância do fator atividade financeira para explicar alguns possíveis determinantes do grau de concentração bancária no estado do Rio de Janeiro. Foi visto, por exemplo, que a Região Metropolitana possui maior grau de concentração de agências, principalmente na cidade do Rio de Janeiro. Também foram realizadas algumas regressões com as variáveis PIB, distribuição de renda e população. Tais regressões permitiram chegar, para duas variáveis (PIB e População), aos mesmos resultados de Sicsu e Crocco (2003), ou seja, estas influenciam positivamente a localização das agências bancárias, por outro lado, a variável distribuição de renda não apresentou significância estatística. Fato que é comprovado na análise dos coeficientes de determinação que para o PIB foi de 55,6%, 67,5% para população e apenas 7,4% para distribuição de renda.

É importante destacar que apesar de os testes estatísticos apontarem um excelente poder de explicação por parte do fator Atividade Financeira, ressalta-se que em alguns casos ele não foi capaz de explicar o posicionamento das agências, como é o caso da região Centro- Sul, ou seja, ele é muito eficaz (análise da região Metropolitana, Norte Fluminense e Costa- Verde), mas ainda necessita de ajustes. Uma sugestão para estudos futuros é analisar esses aspectos através de um mix de análise de fatores com a regressão linear múltipla onde possam incluir outras variáveis.

5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMADO, A. M. A questão regional e o sistema financeiro no Brasil: uma interpretação pós - keynesiana. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 27, n. 3, p.417-440, set. – dez. 1997.

_____. A. M. Moeda, financiamento, sistema financeiro e trajetórias de desenvolvimento regional desigual: a perspectiva pós-keynesiana. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 76-89, jan. – março 1998.

_____. A. M. Moeda, Sistema Financeiro e Trajetórias de Desenvolvimento Regional Desigual. In: LIMA, G. T.; SICSÚ, J.; PAULA, L. F. (org.). Macroeconomia Moderna: Keynes e a Economia Contemporânea. Rio de Janeiro: Campus. p. 208-224.

FIELD, ANDY. Descobrindo a Estatística usando o SPSS - 2a Edição Editora Bookman - 2009

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Composição do Sistema Financeiro Nacional. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/?SFNCOMPEV>> Acesso em: fevereiro de 2014.

CARVALHO, MARIA AUXILIADORA DE .SILVA, CESAR ROBERTO LEITE DA. Economia Internacional- 4º Edição Editora: Saraiva- 2007.

COELHO, F.P. Análise da Concentração Regional do Setor Bancário Brasileiro, 1º Edição; Prêmio Ipéia- Caixa 2005.

FEBRABAN. Disponível em: <www.febraban.org.br> Acesso em: fevereiro de 2014.

FROYEN, RICHARD T. Macroeconomia/ T. Froyen; tradução de Esther E. H. Herskovitz, Cecília C. Bartalotti; revisão técnica de Roland Veras Saldanha Jr. – São Paulo: Saraiva, 2002.

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS. PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: < http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/info_territorios/divis_regional.html> Acesso em: janeiro de 2014.

GAMA, F.J.C. Reestruturação Bancária e Crescimento Regional no Brasil: Uma Abordagem Pós- keynesiana, 1º Edição; UFRRJ 2011.

HILL, R. CARTER. Econometria/ R. Carter Hill, William E. Griffiths, George G. Judge; tradução Alfredo Alves de Farias; revisão técnica Edric Martins Ueda. – 2. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA. Disponível em: < <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>> Acesso em: janeiro de 2014.

LAURETO, C; OREIRO, J.L. Rentabilidade e Concentração do Setor Bancário no Período 2002- 2009 1º Edição 2010.

PINDYCK, ROBERT S. Microeconomia/ Robert S. Pindyck, Daniel L. Rubinfeld; [tradução Eleutério Prado, Thelma Guimarães e Luciana do Amaral Teixeira].—São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

PIRES, MARCOS CORDEIRO. Economia brasileira: da colônia ao governo Lula/Marcos Cordeiro Pires - São Paulo: Saraiva, 2010.

PUGA, F. P. Sistema financeiro brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial. Textos para discussão. BNDES, Rio de Janeiro, n. 68, Ano: 1999.

SICSÚ, J.; CROCCO, M. Em busca de uma teoria da localização das agências bancárias: algumas evidências do caso brasileiro. Revista Economia, [S.l.]: ANPEC, v. 4, n. 1, 2003.

